



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL - PPGMS
LINHA DE PESQUISA: MEMÓRIA E LINGUAGEM

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
EXAME FINAL

SE SER VADIA É SER LIVRE, SOMOS TODAS VADIAS.
Construção da memória sobre o ser mulher por meio de recursos multissemióticos das Marchas das Vadias.

Aluna: Graciana Martins dos Santos

Orientadora: Professora Doutora Evelyn Goyannes Dill Orrico

Rio de Janeiro

2016

GRACIANA MARTINS DOS SANTOS

Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Memória Social.

Aprovado em / 2016

BANCA EXAMINADORA

Orientadora Professora Doutora Evelyn Goyannes Dill Orrico – UNIRIO

Professora Doutora Lobélia Faceira – UNIRIO

Professora Doutora Branca Falabella Fabrício – UFRJ

Professor Doutor Francisco Ramos de Farias – UNIRIO (suplente)

Professora Doutora Carmen Lúcia Ribeiro Pereira – UniCarioca (suplente)

FICHA CATALOGRÁFICA

S237 Santos, Graciana Martins dos.
Se ser vadia é ser livre, somos todas vadias: construção da memória sobre o ser mulher por meio de recursos multissemióticos das Marchas das vadias / Graciana Martins dos Santos, 2016.
91 f. ; 30 cm

Orientadora: Evelyn Goyannes Dill Orrico.
Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

1. Marcha das vadias. 2. Movimentos sociais. 3. Feminismo.
4. Identidade de gênero. 5. Análise do discurso. 6. Memória - Aspectos sociais. I. Orrico, Evelyn Goyannes Dill. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Memória Social. III. Título.

CDD – 322

Agradecimentos

Início agradecendo aos meus tios que me educaram e me amam como uma filha, e, junto com meu pai, sempre me incentivaram a estudar. Inclusive, ofereceram apoio emocional e financeiro quando uma quarentona optou por sair do mercado de trabalho para tornar-se, por dois anos, uma pesquisadora acadêmica.

Agradeço especialmente à minha prima-irmã Solange Suely de Souza que, em minha adolescência, me presenteou com livros, despertando o meu interesse por leituras. E ao meu irmão, Sidnei de Souza, por todo apoio oferecido na realização deste estudo.

Agradeço, também, ao meu namorado Rogers Martins, por ter embarcado no meu sonho e me oferecido apoio, suporte e consultoria jurídica para informações sobre leis vigentes que foram citadas no estudo.

Sou extremamente grata a minha orientadora Evelyn Orrico pelo suporte, apoio e conhecimento compartilhado nos meses de orientação. Sou grata, também, às professoras Diana Pinto, Branca Fabrício e Carmen Pereira que compuseram a banca de qualificação com observações e orientações primorosas para o desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Memória Social pelas brilhantes aulas que assisti durante o curso. Em especial, à professora Lobélia Faceira pela imensa generosidade e comprometimento com os alunos. E, também, à professora Regina Abreu pela consideração e orientação quanto aos procedimentos acadêmicos.

Agradeço, também, aos meus amigos mestrandos ingressos em 2014 por serem maravilhosos e companheiros. Foram muitos momentos divertidos compartilhados. Foram muitos, também, momentos de estudo e de dúvidas tiradas no nosso grupo virtual.

Por fim, obrigada à CAPES pela bolsa concedida e que me permitiu dedicação exclusiva a este estudo.

RESUMO

A presente pesquisa visa investigar possibilidades de atualização da memória coletiva sobre o ser mulher - na qualidade de categoria social - por meio de mobilização em redes sociais feministas, utilizando como parâmetro os recursos multissemióticos das Marchas das Vadias. O estudo justifica-se devido aos altos índices de violência contra as mulheres no Brasil, incluindo altas taxas de feminicídio, que consiste em circunstância qualificadora em crimes de homicídio contra mulheres. Soma-se a isso a proliferação, a partir de 2011, de movimentos sociais, incluindo movimentos feministas organizados e divulgados por redes sociais e sem filiação a organizações políticas-partidárias ou a organizações não-governamentais. Nesse contexto, a Marcha das Vadias representa a luta pela defesa das mulheres, categoria social sempre a ser considerada no plural devido às diversidades internas, por meio de redes sociais. Como pressupostos teóricos, está baseada em estudos sobre movimentos sociais realizados pelo sociólogo Manuel Castells e no conceito de memória coletiva desenvolvido pelo sociólogo Maurice Halbwachs, e sua leitura desenvolvida pelo sociólogo Michael Pollak. Sobre o movimento feminista, utilizou-se por fundamento o conceito de identidades performativas de gênero, conceito desenvolvido por uma das mais expressivas críticas do feminismo, a filósofa feminista, Judith Butler, que desenvolve este conceito fundamentando-se na teoria dos atos de fala do filósofo J. L. Austin e em sua leitura crítica desenvolvida pelo filósofo Jacques Derrida. Para esclarecer as diferenças entre identidade performativa de gênero e performances feministas recorreremos à Dayane Taylor, Diretora do Instituto Hemisférico de Performances e Política. A análise dos recursos multissemióticos das Marchas das Vadias foi desenvolvida compreendendo-os como mecanismos expressivos de performatividades de gênero. Como instrumental analítico, foram utilizados (1) palavras de ordem, pronunciamentos, depoimentos, cartazes e imagens que indexam possíveis configurações identitárias feministas das Marchas das Vadias; (2) recursos utilizados em performances que lembram características sobre o ser mulher e (3) diálogos possíveis entre recursos multissemióticos das Marchas das Vadias e recursos de outros movimentos feministas. Os resultados apontam, neste momento presente, que lembranças subterrâneas sobre o ser mulher, ao emergirem para o centro do debate social por meio de mobilização via redes sociais, podem contribuir no processo cíclico de construção da memória coletiva acerca desta categoria social. Inclusive, o próprio sujeito do feminismo é pensado e modificado num momento de questionamento de performances identitárias. Mulheres não é uma categoria social a ser representada, mas uma categoria continuamente performada em processos incessantes de repetição-reinvenção, que constroem a memória coletiva sobre o ser mulher.

Palavras-chaves: memória coletiva, memória subterrânea, performatividade, Marcha das Vadias, movimentos sociais, discurso.

ABSTRACT

This dissertation investigates the possibilities of redefining the collective memory of womanness – understood here as a social category – by way of feminist cyberactivism. It draws on the various multi-semiotic resources employed by Slutwalks as parameters for evaluation. The study responds to the high incidence of domestic violence against women in Brazil, including the many cases of femicide, which often qualifies homicide of women, and which, since 2011, have spurred a number of social movements, including feminist groups that are organised and promoted via social networks and that shun any affiliation to a political party or non-governmental organisation. In this scenario, Slutwalks serve as a privileged case study of cyberactivism in the struggle for the safeguard of women, a social category always best apprehended in its plurality. The theoretical framework that supports this investigation builds especially on the studies of social movements conducted by Spanish sociologist Manuel Castells, and on the concept of collective memory as developed, and later applied, by Maurice Halbwachs, and Michael Pollak, in turn. As for an approach to feminist movements, the study uses American philosopher, and feminist critic, Judith Butler's notion of gender performativity as constitutive of identities, a concept itself indebted to J. L. Austin's theory of speech acts, and advanced, by Jacques Derrida. To explore the differences between gender performativity and identity, and feminist performance, the study dialogues with Diana Taylor, founding director of the Hemispheric Institute of Performance and Politics. The analysis of the multi-semiotic resources employed by Slutwalks understands those resources as expressive of gender performativity. Therefore, it turns attention, especially, to (1) the command words, pronouncements, testimonials, banners and images that point to possible reconfigurations of feminist identity; (2) the resources employed in the performances that are reminiscent of varying characteristics of womanness; and (3) the intersections between the multi-semiotic resources relevant in Slutwalks and those in other feminist movements. The analysis suggests that, as they take centre stage in the social debate, particularly as a result of feminist cyberactivism, the various underground memories of womanness can offer significant contributions to the on-going process of redefining the collective memory of that social category. Moreover, the very agents of feminism become the object of thought and change as identity performativity is subjected to question. Women are not a social category to be represented, but a category in the performed continuously incessant process of repetition-difference, that build the collective memory of being a woman.

Key words: collective memory, underground memory, performativity, Slutwalks, social movements, speech

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Direito ao corpo – Vitória – 2012	41
Figura 2 - Machismo - Vitória/ES – 2013	42
Figura 3 - Violência contra a mulher - Vitória/ES - 2014	42
Figura 4 - Acesso ao aborto legal - Vitória/ES - 2013	43
Figura 5 – Direito ao corpo – Salvador/BA –2011	47
Figura 6 – Machismo – Salvador/BA – 2012.....	48
Figura 7 – Violência contra a mulher – Salvador/BA – 2013	48
Figura 8 – Acesso ao aborto legal – Salvador/BA –2014.....	49
Figura 9 – Liberdade sexual – BA – 2014.....	49
Figura 10 – Violência contra a mulher – Porto Velho/RO – 2014.....	53
Figura 11 – Machismo – Porto Velho/RO – 2014.....	54
Figura 12 – Violência contra a mulher – Goiânia/GO – 2013.....	56
Figura 13 – Machismo – Goiânia/GO – 2014	57
Figura 14 – Liberdade sexual – Goiânia/GO – 2015	57
Figura 15 – Racismo - Goiânia/GO – 2014	58
Figura 16 – Machismo – Curitiba/PR - 2012.....	62
Figura 17– Violência contra a mulher – Curitiba/PR - 2015.....	62
Figura 18 – Liberdade sexual – Curitiba/PR – 2014	63
Figura 19 – Direito ao corpo - Curitiba/PR – 2012	63
Figura 20 – Machismo –Curitiba/PR – 2013.....	64
Figura 21 – Acesso ao aborto legal - Curitiba/PR – 2012	64
Figura 22 – Transfobia - Curitiba/PR – 2012	65

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. PERFORMATIVIDADE E PERFORMANCES, UM OLHAR PELA MEMÓRIA COLETIVA	13
1.1 O ato de fala e a constituição performativa do “eu” mulher	15
1.2 Construção da memória coletiva e da performatividade de gênero	22
1.3 Performances feministas em pauta por meio de redes sociais	26
2. LEMBRAR-SE DE ALGO E ESQUECER-SE DE ALGO	30
2.1 Tipo de pesquisa	31
2.2 Etapas da pesquisa e objetos de análise	32
2.3 Questões éticas e a seleção e análise de dados	37
3. UM OLHAR POSSÍVEL SOBRE OS RECURSOS SEMIÓTICOS DAS MARCHAS DAS VADIAS	40
3.1 Marchas das Vadias em Vitória/ES	41
3.2 Marchas das Vadias Salvador/BA	47
3.3 Marchas das Vadias Porto Velho/RO	53
3.4 Marchas das Vadias Goiânia/GO	56
3.5 Marchas das Vadias Curitiba/ PR	61
3.6 Marchas das Vadias no Brasil – consolidado	67
(IN) CONCLUSÕES	71
REFERÊNCIAS	75
ANEXO I	
ANEXO II	

INTRODUÇÃO

No livro *Redes de indignación y esperanza. Los movimientos sociales en la era de internet*, originalmente publicado em 2012, o sociólogo espanhol Manuel Castells destaca a conectividade em rede como uma das principais peculiaridades dos movimentos sociais desencadeados em 2011 em países árabes, em países europeus e nos Estados Unidos da América. O que ele disse ilustra-se pelo caso ocorrido na Tunísia. O comerciante Mohammed Bouazizi ateou fogo ao próprio corpo, em dezembro de 2010, depois que um policial local confiscou as frutas e as verduras que ele vendia num mercado local.

O ato de desespero do jovem desempregado de 26 anos de idade foi publicado na rede social Youtube e rapidamente despertou a indignação de seus co-patriotas, cansados dos abusos de poder do governo de Zine El-Abidine Bem Ali, que ocupou o cargo de Presidente da República por vinte e quatro anos. O Presidente foi deposto pela Revolução Jasmim deflagrada pela publicação do ato de Mohammed Bouazizi publicado na internet. Em outros países árabes, cidadãos também se uniram por meio de redes sociais para lutarem contra governos opressores e corruptos, iniciando o que ficou conhecido no mundo como a Primavera Árabe.

Outro exemplo pode ser visto quando a Islândia fora afetada pela vasta crise financeira enfrentada por diversos países europeus em 2008. Em outubro daquele ano, o cidadão Hordur Torfason, parado em frente ao parlamento, convidou os transeuntes a falarem num microfone sobre o que pensavam da crise que se instalara no país. Estava dado o ponto de partida para uma série de protestos que culminaram, em janeiro de 2009, com a Revolução dos Paneleiros, alcunha que a imprensa deu ao movimento devido ao uso de panelas e de frigideiras pelos manifestantes. Na primavera de 2009, houve eleições legislativas no país que elegeu, pela primeira vez depois da independência em 1944, candidatos de centro-esquerda em maioria absoluta. Com o país à beira da falência, devido à forte crise financeira enfrentada por seus principais bancos, foi eleito em 2010 o Conselho da Assembleia Constituinte composto por 25 cidadãos eleitos. Em decorrência da reivindicação da população por uma democracia participativa, em 2011, foi promulgada a primeira constituição com sugestões enviadas diretamente da população por meio de redes sociais, que realmente foram incorporadas no texto final.

Pode-se, ainda, ilustrar com o ocorrido na Espanha, em maio de 2011, que, com a proximidade das eleições municipais, foi deflagrada a revolta denominada pela imprensa de

Los Indignados, inicialmente formada por jovens de classe média, com formação universitária e sem filiação partidária que se uniram em redes sociais para compartilhar suas frustrações diante da forte crise financeira do país. Tomados pelo desejo de mudança, jovens e pessoas de todas as idades foram às ruas pedir mudança no sistema político espanhol. No decorrer dos protestos, surgiram diversas reivindicações econômicas, políticas e sociais.

E ainda, nos Estados Unidos da América, em decorrência da forte crise financeira do país, a classe média descontente promoveu o movimento *Ocupa Wall Street* em Nova York. Inicialmente, o movimento fora incitado pela revista canadense, *Abdusters*, que motivou o protesto inspirada nos movimentos sociais da Primavera Árabe. Convocadas a protestarem por meio de redes sociais, centenas de pessoas foram às ruas nas cidades de Boston, Chicago, Los Angeles, São Francisco e outras cidades americanas.

Castells (2012), ao realizar extensa pesquisa utilizando fontes digitais – Facebook, Twitts, Blogs e outras – sobre a Primavera Árabe, o Movimento *Los Indignados* e *Occupy Wall Street* – aponta para uma redefinição de valores altamente impactantes tomando por base a redistribuição horizontal de informações por intermédio da internet, as quais se mostraram capazes de fragilizar organizações de Estado devido à ampla mobilização de cidadãos. Os movimentos sociais iniciados pela mobilização em ambiente digital foram desencadeados sem articulação política partidária e com altos índices de participação de indivíduos com idades entre 20 e 30 anos. O sociólogo compreende, dessa forma, as tecnologias de informação como ferramentas com potencial para atender demandas sociais, culturais, políticas e econômicas; pois, em virtude do acesso à rede de computadores, conteúdos são gerados e compartilhados por diversas pessoas. Os conteúdos inicialmente são produzidos por indivíduos instigados pela raiva e pela indignação que, ao se exporem, encontram-se virtualmente. Isto possibilita a formação de uma rede de indignação, na qual a raiva transforma-se em entusiasmo, sentimento catalizador dos novos movimentos sociais apartidários na era digital.

Castells (2012, p: 211) identifica que movimentos sociais mobilizados em rede requerem “una movilización emocional desencadeada pela ira contra la injusticia flagrante y por la esperanza de la posibilidad de un cambio resultado de los ejemplos de levantamientos que hán tenido éxito en outras partes del mundo...” Um movimento inspira outro movimento por meio da transmissão via internet de imagens e de mensagens que desencadeiam sentimento de revolta e de solidariedade. Além disso, identificam-se, também, como características comuns aos movimentos sociais da era digital:

- São movimentos sem líderes devido à desconfiança nos sistemas político e nas

instituições de poder. Os movimentos são autogovernados por ativistas dos próprios movimentos;

- A conectividade é realizada por redes horizontais multimodais, tanto de ambiente digital quanto em ambiente off-line;
- Ocupam espaços digitais e espaços urbanos denominados pelo sociólogo como *espaços de autonomia*, os quais consistem no hibridismo entre o ciberespaço e o espaço urbano;
- São globais e locais ao mesmo tempo na medida em que são iniciados em um determinado contexto por razões próprias, mas, ao estarem conectados com o mundo têm a possibilidade de aprendizado a partir de outras experiências;
- São, de modo geral, espontâneos em sua origem e desencadeados por um chamamento para a ação, tornando-se virais devido ao uso da internet;
- A transmissão dos sentimentos de indignação e de esperança é alcançada com a deliberação nos espaços de autonomia por meio de um sentimento de unidade;
- São movimentos auto-reflexivos à medida que se questionam frequentemente como movimentos e como indivíduos, bem como sobre por qual tipo de sociedade estão lutando por;
- De modo geral, são pacíficos mas, ao ocuparem espaços públicos para questionarem sistemas políticos ou instituições de poder, podem enfrentar algum conflito violento;
- Poucos movimentos são programáticos. Usualmente aqueles que lutam por uma causa única como, por exemplo, o fim de uma ditadura;
- Lutam por mudanças de valores sociais. Pretendem mudar o Estado, mas não se apoderar dele.

Castells (2012, p. 215) destaca a unidade promovida pelas redes sociais multimodais e o espaço urbano como principal característica dos movimentos sociais contemporâneos. “Éste es un factor clave para el movimiento porque la gente unida supera el miedo y descubre la esperanza”. Com características muito semelhantes às citadas pelo sociólogo, jovens alunas da universidade de Toronto, no Canadá, deram início à primeira Marcha das Vadias. Se inicialmente as jovens universitárias sentiram medo devido às denúncias de uma série de abusos sexuais realizados no campus universitário, com a declaração de um dos policiais convidados pela universidade para conversarem com os alunos sobre a situação – “se a mulher não se vestir como uma vadia, reduz o risco de ela sofrer um estupro”. – as jovens se

sentiram indignadas e revoltadas. Unidas à população da cidade, saíram às ruas para marchar contra o machismo e contra a violência à mulher em 3 de abril de 2011. Nasceu, neste dia, com uma marcha de aproximadamente três mil pessoas, a *slutwalk*. Rapidamente o movimento “viralizou” na internet e, também, nas ruas das capitais de diversos países ocidentais.

Em setembro de 2011, a Marcha das Vadias já havia sido realizada em Nova Deli, em Londres, em Paris, em Berlim, em São Paulo e em muitas outras cidades. A doutora em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Goldfarb, Minella e Lago (2013) identifica como bandeiras gerais de todas as Marchas a denúncia das violências sofridas por mulheres, as reivindicações dos direitos de se vestirem como desejarem e a de serem livres sexualmente. Somam-se a essas reivindicações a descriminalização do aborto e o combate à homofobia e a transfobia. Goldfarb realizou pesquisa etnográfica em 2012 no estado da Paraíba e identificou que, embora participem das Marchas, os homens são minoria. Observou isso na Paraíba e também em outros estados cuja coleta de dados fora feita em ambiente digital.

No Brasil, a primeira Marcha das Vadias ocorreu em 4 de junho de 2011 na cidade de São Paulo e contou com apenas 300 manifestantes nas ruas e um número mais expressivo de adeptos pelas redes sociais. Desde então, o movimento foi e ainda é realizado por organizações locais em diversas cidades, tais como: Brasília, Salvador, Fortaleza, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte, Recife e Vitória. Em cada cidade, para a realização da Marcha, ativistas organizam-se por meio de trocas de informações em redes sociais e vão às ruas uma vez por ano para protestar contra a crença de que mulheres, incluindo as mulheres transexuais e as travestis, vítimas de estupro, possam ser julgadas socialmente pelo crime em função da roupa que estejam vestindo ou de qualquer outro comportamento considerado impróprio por uma parcela da população.

Algumas cidades brasileiras realizaram o movimento apenas uma vez, mas outras realizaram duas ou mais vezes. Em Brasília/DF e no Rio de Janeiro/RJ, por exemplo, a marcha foi realizada anualmente de 2011 a 2015. A periodicidade anual atrelada às temáticas do combate à violência contra a mulher, à legalização do aborto em quaisquer situações e ao desejo de revolução das vadias em relação à conceituação da categoria social mulher foi o que despertou nosso interesse por este movimento num momento social e político em que a maior parte das manifestações têm sido organizadas por meio de redes sociais.

Diante do exposto, o objetivo geral deste estudo será investigar possibilidades de atualização da memória coletiva sobre o ser mulher – na qualidade de categoria social – por

meio da mobilização feminista via redes sociais, utilizando como parâmetro os recursos multissemióticos das Marchas das Vadias. E os objetivos específicos são: realizar diálogos possíveis entre o conceito de identidade performativa de gênero e as reivindicações feministas presentes nos recursos multissemióticos das Marchas das Vadias e identificar quais tipos de recursos semióticos são mobilizados pelas Marchas das Vadias que constroem memória social sobre o ser mulher.

Para fundamentar as discussões que serão desenvolvidas no estudo, para alcançarmos os objetivos, serão realizadas reflexões com base em estudos do sociólogo Manuel Castells acerca de movimentos sociais organizados e divulgados em redes sociais, do sociólogo Maurice Halbwachs no que tange à construção de memória coletiva por grupos sociais e sua leitura desenvolvida pelo sociólogo Michael Pollak. Em relação ao movimento feminista, o abordaremos utilizando como fundamento o conceito de identidades performativas de gênero desenvolvida por uma das mais expressivas críticas do feminismo, a filósofa feminista, Judith Butler, que desenvolve esta teoria fundamentando-se na teoria dos atos de fala do filósofo J. L. Austin e em sua leitura crítica desenvolvida pelo filósofo Jacques Derrida. Para esclarecer as diferenças entre identidade performativa de gênero e performances feministas, recorreremos à especialista em performances, Dayane Taylor. Outros autores e estudiosos serão incorporados nesta pesquisa conforme suas obras nos auxiliem na compreensão dos autores aqui citados ou as complementem para atingirmos o objetivo geral proposto.

Em face do exposto, a pesquisa será dividida em três capítulos. No primeiro, apresentaremos a teoria dos atos de fala do filósofo inglês J. L. Austin e de sua interpretação realizada pelo filósofo franco-argelino Jaques Derrida que dá origem aos conceitos de iterabilidade e de citacionalidade. Estes foram amplamente empregados pela filósofa feminista estadunidense Judith Butler no deslocamento da compreensão acerca da dicotomia sexo e gênero que culminou na ideia de performatividade de gênero. Apresentaremos, também, a diferença entre performatividade de gênero e performances corporais e como estes conceitos dialogam com as memórias coletivas e as memórias subterrâneas nas quais foram alicerçadas as regulações sociais normativas da suposta coerência entre sexo, gênero, desejo e prática sexual. São essas regulações sociais que estabelecem os comportamentos esperados para a mulher, como por exemplo: decoro, docilidade e desejo de ser mãe.

No segundo capítulo, explicamos a metodologia deste estudo que consiste em uma pesquisa qualitativa realizada por observação de publicações realizadas em redes sociais administradas por organizadoras das Marchas das Vadias. Como a coleta de dados foi desenvolvida em ambiente digital, recorreremos ao guia *Ethical Decision-Making and Internet*

*Research*¹ publicado em 2012 pela *Association of Internet Research (AoIR)* – uma associação internacional acadêmica dedicada ao avanço do campo interdisciplinar de estudos de Internet – para definirmos os critérios éticos na seleção, organização e análise. Para que o estudo nos possibilite considerações de âmbito nacional, definimos cinco localidades do país, sendo uma de cada Região Política e Administrativa para estudarmos as Marchas das Vadias realizadas. Como critério de seleção das localidades, empregamos a taxa de feminicídio por estado.

O terceiro capítulo é o de análise dos recursos multissemióticos produzidos e utilizados pelas Marchas das Vadias disponíveis em sítios eletrônicos. A pesquisa consistiu em observação de redes sociais com recursos multissemióticos das Marchas das Vadias por mais de um ano. Não houve interação entre a pesquisadora e as ativistas e, com isso, só foram utilizados no estudo recursos disponíveis por meio de pesquisa pelo buscador Google da web 2.0 em sítios cuja visualização do conteúdo é possível sem o uso de senhas de acesso ou de permissões. Na análise, foram consideradas as reivindicações das Marchas das Vadias em diálogo com aspectos culturais e políticos da sociedade brasileira, em diálogo com a fundamentação teórica exposta no capítulo anterior. E a parte final consiste nas (in) conclusões que, nos levam a acreditar na possibilidade da construção diária e permanente da memória coletiva sobre o que é ser mulher na qualidade de categoria social.

¹ Fonte: <http://aoir.org/reports/ethics2.pdf> Disponível em 10 de dezembro de 2015.

1. PERFORMATIVIDADE E PERFORMANCES, UM OLHAR PELA MEMÓRIA COLETIVA

No período do final do Século XIX a Segunda Guerra Mundial, que ficou conhecido como a Primeira Onda feminista, as lutas estavam centradas na defesa dos direitos políticos iguais para homens e para mulheres. A doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campinas, Adriana Piscitelli (2002) destaca que as mulheres entre os anos 1920 e 1930 conquistaram, em diversos espaços, a redução das desigualdades em termos formais ou legais, singularmente em relação ao direito ao voto, à propriedade e ao acesso à educação. Depois da Segunda Guerra Mundial, surgem as questões centrais da Segunda Onda do feminismo: a origem da subordinação da mulher e como esta é mantida, apesar de não ser nem natural e nem justa.

Carmen Pereira (2014), doutora em Memória Social para Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, destaca que, na Segunda Onda do feminismo – cuja duração foi até os anos 1980 –, a categoria “mulher” em contraposição à categoria “homem” ensejou o debate entre o determinismo biológico e o construcionismo social na reivindicação de uma identidade feminina. Nessa perspectiva, com o objetivo de investigar a origem da subordinação da mulher, a estadunidense, feminista e antropóloga Gayle Rubin sistematizou ideias já existentes, mas difusas, sobre sexo e gênero no ensaio *Tráfico das Mulheres: Notas sobre a economia política do sexo* originalmente publicado em 1975. Rubin defende o sistema sexo/gênero como produtos da atividade humana histórica visando compreender a origem da opressão vivenciada pelas mulheres.

Gayle Robin considerava importante a compreensão das raízes de subordinação para a sua superação. Adriana Piscitelli (2002) esclarece que a teoria de Rubin está fundamentada em bases naturais, sendo, portanto, essencialista à medida que, para esclarecer como não natural a subalternidade da mulher, utiliza os mesmos métodos do fundador da psicanálise Sigmund Freud e do antropólogo Lévi-Strauss. Dessa forma, articula sistemas dualistas tais como o de sexo/gênero e de natural/cultural. Nas décadas seguintes, as dicotomias entre sexo e gênero, consideradas matérias-primas da subordinação da mulher, foram amplamente questionadas por feministas como a historiadora norte-americana Joan Scott, quem, nos anos de 1980, pesquisou, na história das mulheres, a pertinência da categoria social em estudos dessa natureza.

Entre as principais publicações de Joan Scott está o artigo *Gênero: uma categoria útil*

de análise histórica publicado em 1986 na revista *American Historical Review*, revista oficial da *American Historical Association* (inserir referência) (AHA). Neste artigo, a feminista expõe como a mulher é invisível na sociedade marcadamente masculina cuja dicotomia entre sexo e gênero torna universal as particularidades do homem branco, heterossexual e ocidental. Para essa autora, os conceitos pós-estruturalismo de desconstrução podem oferecer embasamento teórico para os questionamentos de categorias unitárias e universais tornando-as temporais e, portanto, históricas, em lugar de naturais.

A Terceira Onda do feminismo, localizada de forma imprecisa no final dos anos 1980, é marcada pela compreensão da multiplicidade identitária da categoria social, mulher. Nesse período, em 1990, a filósofa estadunidense Judith Butler apresenta no livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* uma forte crítica ao sistema binário configurado na dualidade feminino/masculino. A feminista compreende o processo pelo qual o corpo torna-se sujeito como um processo linguístico que ocorre no interior da própria linguagem, mediante a função interpelativa desta. Trata-se, portanto, de um processo performativo resultante da ação da linguagem por meio de sucessivas interpelações que nos assinam no espaço sociolinguístico em conformidade com os interesses políticos sociais.

Judith Butler (2013) desenvolve, assim, o conceito de identidade performativa de gênero fundamentando-se na teoria da linguagem performativa desenvolvida pelo filósofo britânico de linguagem J L. Austin e na leitura do filósofo Jacques Derrida sobre os atos performativos de fala. Neste capítulo, apresentaremos e refletiremos sobre os estudos desses dois filósofos para percorremos uma pequena parte do caminho de estudo utilizado por Butler no desenvolvimento do conceito de identidade de gênero, visando compreender a fundamentação teórica para que esta nos guie no processo de estudo das articulações entre performances de gênero, performances feministas e a memória coletiva sobre o ser mulher na sociedade brasileira. Ao mesmo tempo em que é feminista, Judith Butler também é uma das principais críticas do movimento. Ela afirma que ao reproduzir a dualidade de gênero entre mulher e homem, feminino e masculino como a verdade da sexualidade, as feministas reforçam a matriz heteronormativa. O feminismo que Butler preconiza é a desmontagem de todo tipo de identidade de gênero opressora das singularidades humanas, as quais não se encaixam entre o considerado legítimo na lógica normativa.

Os estudos de Judith Butler são essenciais em nossa pesquisa uma vez que a filósofa tanto desenvolve pesquisa primorosa na área de sexo, gênero, desejo e prática sexual, quanto sobre circulação linguística na qual as palavras perpassam os espaços de comunicação e, nesses espaços, ao circularem, demonstram o potencial de repetição e de diferença. Bem

como, ao considerar sexo tão cultural quanto gênero, Butler (2013) traz para o debate feminista o que é ser mulher, o que é ser sujeito do feminismo. A filósofa inclui nos debates feministas travestis, transexuais, transgêneros e quaisquer outros grupos de pessoas que se classifiquem socialmente como mulheres. Esse debate dialoga com as Marchas das Vadias no Brasil ao considerarmos que na pauta de reivindicações encontramos temas relativos à liberdade sexual e à transfobia.

Ressaltamos que, segundo a doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Carla Castro Gomes e a professora titular de sociologia da UFRJ, Bila Sorj no artigo *Corpo, geração e identidade: A Marcha das Vadias no Brasil* publicado em 2014, a divisão do feminismo em ondas vem sendo amplamente criticada por implicar em omissões e em “exclusões de muitas expressões do feminismo que não se enquadram nos critérios definidos como dominantes em cada onda, conferindo, dessa maneira, uma ideia de uniformidade a um movimento que sempre teve visões dissonantes” (p.436).

Diante do exposto, ao invés de categorizarmos as Marchas das Vadias como pertencentes a um determinado movimento feminista, abordá-los-emos como movimentos sociais contemporâneos incluídos numa esfera social, cultural e política de ampla mobilização via redes sociais disponíveis em sítios eletrônicos. Optamos por abordá-las como movimentos pertencentes a uma geração conectada em ambiente digital. Isso nos permitirá visualizar diferentes grupos feministas em ação, visto que as pautas e a forma de organização das Marchas das Vadias são definidas localmente. O movimento apesar de ter um nome em nível nacional, não está diretamente relacionado a nenhum coletivo feminista atuante em todo o país ou a um partido político ou mesmo a uma organização não-governamental.

1.1 O ato de fala e a constituição performativa do “eu” mulher

O filósofo britânico de linguagem J L. Austin, um dos primeiros representantes da filosofia da linguagem ordinária, ministrou, em 1955, uma série de conferências na Universidade de Havard, nos Estados Unidos, postumamente publicadas em 1962 no livro *Quando dizer é fazer*. No livro, são apresentados os enunciados constatativos e os performativos. Os primeiros seriam atos de fala declarativos podendo ser verdadeiros ou falsos. Os segundos derrubam o pressuposto, que havia até aquele período, de que a linguagem é unicamente uma declaração. O ato performativo de fala é a própria ação. O autor declara que a existência dos performativos está longe de ser paradoxal, como pode parecer

num primeiro momento. Ele nos dá os seguintes exemplos de enunciados performativos:

- (a) Aceito (scilicet), esta mulher como minha legítima esposa – do modo que é proferido no decurso de uma cerimônia e casamento.
- (b) Batizo este navio com o nome de Rainha Elizabeth – quando proferido ao quebrar-se a garrafa contra o casco do navio.
- (c) Lego a meu irmão este relógio – tal como ocorre em um testamento.
- (d) Aposto cem cruzados como vai chover amanhã. (AUSTIN, 1990, p. 24)

As sentenças acima não descrevem e nem declaram o que está sendo praticado. Elas são a produção de uma ação. Não sendo, portanto, verdadeiras ou falsas, mas felizes ou infelizes, de acordo com as circunstâncias nas quais foram proferidas. Austin (1990, p.29-37), na *Conferência II*, centra seus estudos nas condições para performativos felizes. Ele apresenta seis condições e afirma que se uma delas não for cumprida, o enunciado performativo será infeliz. Portanto, quando alguém diz: “prometo ir ao cinema sábado”, se não tiver intenção de cumprir, essa ação é infeliz. Ao longo das *Conferências*, após ter tentado encontrar algumas condições gramaticais e vocabulares para os enunciados performativos e de apresentar diferenças entre os performativos explícitos (ex: “eu” ordeno que você saia.) e os implícitos (saia), observa que as mesmas condições podem ser aplicadas tanto aos performativos quanto aos constatativos. Conclui, então, numa virada analítica no livro *Quando dizer é fazer*, que todos os enunciados são performativos na medida em que realizam algum tipo de ação, sendo os enunciados diferenciados quanto à força, que podem ser ilocucionária, locucionária ou perlocucionária.

O autor aproxima fala e corpo ao descrever as forças dos atos de fala e suas consequências. A força ilocucionária dos atos performativos de fala é aquela na qual, ao falar, realiza-se uma ação – a de avisar, de comprometer-se, de pedir, de mandar etc. A produção de significado ocorre no ato locucionário. Os dois distinguem-se de um terceiro tipo de força, chamada de perlocucionária, cuja potência consiste na produção de *efeitos* no interlocutor, tais como: surpreender, convencer, decepcionar, enganar etc. A linguista Joana Plaza Pinto explica que:

Nesse contexto, Austin reflete sobre a linha que separa os atos que fazemos e suas consequências. Suas reflexões nos levam ao ato físico, que torna essa linha bem mais problemática, nos levando adiante no mesmo entrelaçamento entre ato ilocucionário (o que se faz ao dizer) e ato perlocucionário (o ato que se faz por consequência e efeito do dizer). Austin usa o mesmo termo, efeito (effect) para

definir as consequências de ambos os atos, assim como o ato físico se define ao mesmo tempo pelas suas consequências. Nesse ponto, nos parece possível pensar que o sujeito do ato de fala está imbricado num ato físico com consequências que tornam essa separação de três possíveis (ato de fala, ato físico, consequências) um mesmo conjunto embaralhado. (PINTO 2009a, p. 120-121).

Ao considerar-se, portanto, todo ato de fala um ato performativo; podemos afirmar, segundo os conceitos austinianos, que todo ato de fala é um ato de fazer algo. Esse fazer está enredado às comunicações interpessoais às quais os sujeitos são inseridos desde o nascimento, sendo tais comunicações elementos-chave na constituição do “eu” social. No processo de comunicação, os falantes perdoam, casam, prometem e realizam uma série de outras ações, inclusive, realizam as configurações de suas identidades sociais por intermédio da interacionalidade do “eu” com o(s) “outro(s)”. A linguagem exerce papel fundamental nesse processo, uma vez que não existe identidade fora de uma prática discursiva que a fundamente.

Em agosto de 1971, no *Congrés Internacional des Sociéte de Philosophie de Language Française*, nove anos após o lançamento do livro *Quando dizer é fazer*, o filósofo francês Jacques Derrida (1991) profere a conferência *Assinatura, acontecimento, contexto*, na qual problematiza o performativo ao abordar questões relativas à escritura e à comunicação no pensamento austiniano. Derrida (1991) questiona a ideia de Austin em relação à intencionalidade do falante fundamentando-se nas noções de iterabilidade e de citacionalidade. Pinto (2009a, p.105) explica que iterabilidade “é a propriedade do repetível, mas não o repetível daquilo que aparece francamente como o ‘mesmo’, a mesmice do significado”. Existe na repetição um deslocamento de força que pode gerar num mesmo ato de fala diferentes efeitos dependendo do contexto, que não seriam possíveis de serem determinados com precisão. A citacionalidade de um signo impregnado por uma marca social sem a qual o signo não consegue funcionar na sociedade. A continuidade de uma marca depende para o seu funcionamento de sua repetição-diferença.

Santos, K. (2014, p.295) afirma que, de acordo com Derrida, “a relação entre identidade e diferença, repetição e alteração” é justamente o que constitui qualquer unidade de forma significativa como grafema. Assim sendo, um significante só é constituído pela sua iterabilidade, não apenas na ausência de um referente, mas também na ausência de um significado determinado. Ou seja, a cada repetição de um signo, pode-se obter um novo significado, dependendo do contexto no qual ele é proferido/grafado. Sobre o signo linguístico, o pensador afirma:

Qualquer signo linguístico ou não-linguístico, falado ou escrito (no sentido corrente dessa oposição), em pequena quantidade ou grande unidade, pode ser citado, colocado entre aspas; com isso pode romper com todo o contexto dado, engendrar infinitamente novos contextos, de forma absolutamente não saturável. Isso não supõe que a marca valha fora do contexto, mas, pelo contrário, que não existem contextos sem qualquer centro de referência absoluto. Esta citacionalidade, esta duplicação ou duplicidade da marca não é um acidente ou uma anomalia, é aquilo (normal/anormal) sem o qual uma marca não poderia mesmo ter funcionamento dito “normal”. O que é que poderia ser uma marca que se pudesse citar? E que origem, poderia ter sido perdida pelo caminho? (DERRIDA, 1991, p.362).

Em Derrida (1991), a iterabilidade e a citacionalidade dos performativos são conceitos complementares sem os quais uma marca não pode existir, pois a repetição citada em diferentes contextos produz diferenças por meio das interações. Se, para Austin, o sucesso dos performativos estava atrelado à intenção do sujeito falante, em Derrida a intencionalidade continua tendo um lugar na enunciação. Contudo, o mestre em linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Álvaro Carvalho (2013, p. 49) destaca que na leitura de Derrida, a intencionalidade do falante “não pode ser compreendida como recurso, fonte ou essência do performativo”. Por conseguinte, a significação construída na interação dos falantes, que não são detentores de significados ditos corretos ou errados, segundo Carvalho:

(...) a iterabilidade e a citacionalidade reside no fato de esses conceitos terem a propriedade de tornar seres, objetos e coisas visíveis por conta da possibilidade de repetição, do que é repetível diante da alteridade, uma vez que os usos da linguagem são sempre intersubjetivos. Assim cada instante singular durante a realização de um ato é um instante que já aconteceu, que está acontecendo e que ainda irá acontecer. É justamente na interpolação de sentidos que permite a performatividade, ou seja, permite a emergência de condições para que certas ‘performances’ sejam possíveis e bem-sucedidas. (CARVALHO, 2013, p.49)

Ao considerarmos a possibilidade de um signo linguístico, falado ou escrito, poder engendrar diversos significados ao romper com o seu contexto, consideramos, também, que nas práticas sociais estamos sempre filiados a diversas performatividades, cujo sujeito falante é elemento constituinte. Judith Butler (2013) incorpora os conceitos de iterabilidade e de citacionalidade para defender que o corpo considerado legítimo socialmente é aquele cuja repetição de uma marca a faz incorporar uma aparente substância coerente entre gênero, entre sexo, entre desejo e entre prática sexual. A performatividade de gênero pode, assim, ser

compreendida como um ato reiterativo e citacional por meio do qual o discurso produz os efeitos de subjetivação dos corpos tipificando-os numa normatividade dicotômica – mulher/feminino e homem/masculino.

De acordo com Judith Butler (2013), o enunciado proferido pela médica ou pelo médico no ato do nascimento “é uma menina” ou o enunciado “é um menino” não são atos de fala que declaram um estado ou uma coisa existente antes da enunciação, são, ao contrário, atos de fala que iniciam o processo de subjetivação de corpos submetidos a regulamentações sociais. Na medida em que esses enunciados do gênero normativo do recém-nascido integram um ritual social repetido historicamente de subjetivação de corpos sexuados por intermédio da interpelação social dos indivíduos. Nesses enunciados reside uma historicidade condensada, pois evocam uma série de questões culturais prévias que excedem o momento da enunciação.

Contudo, a existência de travestis e de transexuais demonstra exatamente como o discurso heterossexual normativo não é sustentado em sua repetição com as coerências desejadas ou esperadas pelo que Butler denomina de matriz de inteligibilidade de gênero, que estabelece como natural a relação entre sexo, gênero, desejo, prática sexual. Apesar de o processo de regulação das performatividades de gênero demonstrar-se intermitente, ele não é imutável. Para a filósofa Judith Butler,

Crucialmente, pois, a construção não é nenhum marco singular, nem um processo causal iniciado por um sujeito, culminando em um conjunto de efeitos fixos. A construção não apenas ocorre no tempo, mas é, ela própria, um processo temporal que atua através da reiteração de normas; o sexo é produzido e, ao mesmo tempo, desestabilizado no curso dessa reiteração. Com um efeito sedimentado de uma prática reiterativa ou ritual, o sexo adquire seu efeito sedimentado de uma prática reiterativa ou ritual, o sexo adquire seu efeito naturalizado e, contudo, é também, em virtude dessa reiteração, que fossos e fissuras são abertos, fossos e fissuras que podem ser vistos como instabilidades constitutivas dessas construções, como aquilo que escapa ou excede a norma, como aquilo que não pode ser totalmente definido ou fixado pelo trabalho repetitivo daquela norma. (BUTLER, 2000, p.163-164):

Após receber inúmeras críticas de pesquisadores e até mesmo de feministas que consideraram o conceito performatividade de gênero extremamente radical e, sendo acusada de desconsiderar o corpo físico e biológico, Judith Butler esclarece no livro *Bodies that Matter, on the discursive limits of “sex”* em 1993 – cuja introdução fora traduzida em *O Corpo educado, pedagogias da sexualidade*, sob o título de *Corpos que pesam. Sobre os limites discursivos do “sexo”*. – mal-entendidos que provocaram as críticas mais intensas ao

livro publicado em 1990. A filósofa argumenta que, ao negar a centralidade do corpo físico e biológico, não nega uma identidade mulher, mas a relaciona a uma linguagem política constituidora de configurações femininas e masculinas vinculadas a características adequadas ou não, que oprimem as singularidades de seres humanos não “encaixados” nessa lógica normativa. Mesmo admitindo-se uma parte do sexo como algo para além do ato discursivo, para que seja explicado, falado, conhecido será, necessariamente, delimitado e regulamentado por meio da linguagem. A regulamentação normativa é o principal aspecto constitutivo das performatividades de gênero legitimadas socialmente por diversas instituições, tais como: a família, o Estado, a escola, a política, a medicina entre outras.

Frequentemente ao entramos numa loja para comprarmos um brinquedo para uma criança, a primeira pergunta que a vendedora costuma fazer é: o presente é para menina ou para menino? Dependendo da resposta, um universo de brinquedos da loja será negado como sendo não apropriado por não condizer na lógica normativa com a performatividade de gênero da criança. E, com isso, as regulações sociais normativas são citadas e iteradas fundamentando-se em um processo de negação o qual redundando numa série de ações, de comportamentos, de valores e de crenças relativas ao que é apropriado ou não para as crianças categorizadas socialmente como meninas ou como meninos. Na lógica normativa heterossexual, o ser mulher e o ser homem são percebidos como algo estável. De acordo com a doutora em Letras Branca Falabella Fabrício e o PhD em Linguística Luiz Paulo Moita Lopes (2002, p.12), se houvesse possibilidade de reduzir a um tema central a crítica à modernidade, seria o fato de ela concentrar-se numa subjetividade “construída de maneira homogênea” em que os sujeitos são compreendidos como unitários, unidimensionais e descorporificados. Nessa lógica, as identidades sociais estão entendidas como deslocadas da vida social, estando, portanto, desconsideradas nos processos de subjetivação dos indivíduos as relações de poder existentes em suas sociedades. Para os autores, refletir sobre as identidades sociais e as relações de poder que atravessam os sujeitos pode mostrar que:

(...) a estabilidade dos conceitos é fruto de sua historicidade, e não de suas propriedades intrínsecas. Essa perspectiva nos faz compreender o modo homogêneo como as pessoas foram construídas nas práticas discursivas da Modernidade, geradora de muitos dos padrões de normatividade que nos orientam até hoje. Aprendemos nesse processo a funcionar com padrões binários, situando em posições de privilégio e em assimetrias sociais os brancos, os homens e os heterossexuais, por exemplo. Dessa forma, desenvolvemos a ciência de um sujeito único que declarou a inferioridade da diferença. Entretanto, toda essa tradição convive, hoje em dia, com outros modos de pensar a vida social apoiados em maneiras diversas de refletir

sobre o sujeito nas Ciências Humanas e Sociais. (FABRÍCIO e MOITA LOPES 2002, p.13)

A constituição das identidades dos sujeitos não é fixa, mas flutuante. E Judith Butler (2013) coloca a linguagem no centro das dinâmicas culturais que dão significado ao ser mulher/feminina e ao ser homem/masculino. A partir dos estudos da filósofa estadunidense, podemos compreender as configurações indenitárias como construções historicamente alicerçadas em atos de fala repetidos tantas vezes que adquiriram um aspecto natural, ocultando o fato de serem culturais. E nesse processo, de materialidade dos significados e das estruturas reguladoras, existem subjetivações corporais que são negadas, pois não estão adequadas à inteligibilidade cultural, como as *drag queens*. Estas representam uma atuação artística que, ao imitar caricaturalmente o ser mulher e o ser feminino, culminam por demonstrar o fato de que ser de um determinado gênero é sempre uma imitação persistente, mas não imutável, percebida como real/natural.

A performatividade de gênero como Judith Butler (2013) a defende é alicerçada por regulações sociais as quais não são possíveis de identificarmos com certeza as origens, visto que ultrapassam o momento presente. Existe uma historicidade condensada em valores, crenças, costumes e rituais normativos da sexualidade, do desejo, do gênero e das práticas sexuais. Na repetição mulher/feminino e na repetição homem/masculino os sujeitos são subjetivados por meio da imitação de formas linguísticas convencionais que ultrapassam o contexto presente.

Assim, a identidade de gênero é um ideal normativo construído por intermédio de um truque performativo da linguagem socialmente compartilhada que não apenas descreve o que é ser mulher, mas torna pessoas com determinadas características físicas e biológicas, mulheres. Na mesma medida em que não apenas descreve o que é ser homem, mas torna determinadas pessoas com características físicas e biológicas, homens. “Em outras palavras, a ‘coerência’ e a ‘continuidade’ da ‘pessoa’ não são características lógicas ou analíticas da condição da pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas” (BUTLER, 2013, p. 38).

Portanto, é esperado socialmente que uma pessoa classificada socialmente como mulher tenha um comportamento adequado ao seu sexo, incluindo o desejo sexual por homens e o desejo pelo exercício da maternidade. Se essa coerência ocorrer, essa pessoa possuirá um gênero inteligível, o feminino. “Gêneros ‘inteligíveis’ são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática

sexual e desejo” (BUTLER, 2013, p. 38). Nesse contexto, a descontinuidade entre os atributos das identidades de gênero é prevista nas normas existentes de regulação das coerências desejadas, sendo constantemente considerado desvio daquilo que seria a condição natural da pessoa: sexo biológico e gênero culturalmente instituído – mulher/fêmea/feminino.

Dessa forma, por esse ponto de vista, determinadas identidades de gênero, segundo Butler (2013), parecem ser falhas do desenvolvimento do sujeito, uma vez que não estão em conformidade com a matriz de inteligibilidade. Contudo, as existências dos gays, das lésbicas, dos travestis, dos transexuais são uma afirmação de que essa coerência desejada não é sempre conquistada. Coexistem socialmente a matriz de inteligibilidade heteronormativa com matrizes subversivas de desordem de gênero. Os sujeitos sociais não escolhem ou controlam as subjetivações individuais no processo de constituição das identidades. O doutor em Linguística Rodrigo Borba (2014, p. 465) explica que:

É na dinâmica das repetições que a iterabilidade produz o que Derrida denomina de *force de rupture*: ao serem retirados de um contexto e repetidos em outro os signos linguísticos carregam consigo traços do contexto anterior e os expõem ao novo contexto produzindo assim ruptura e continuidade simultâneas. A possibilidade de mudança está nesse processo de sair de um e ir para outro contexto: já que repetir nunca é simplesmente copiar tal e qual, temos aí possibilidades de repetições subversivas. É do encontro de Butler com a preocupação derridiana com repetições e suas forças de *rupture* que se vai do performativo à performatividade.

Quanto à possibilidade de força de ruptura da performatividade de gênero, partimos do pressuposto de que isso só é possível devido à possibilidade de as memórias esquecidas que persistem na constituição das marcas regulatórias da matriz de inteligibilidade heteronormativa emergirem para o debate social, trazendo consigo possibilidades de coexistência social entre o normativo e o não normativo. É nesse ambiente de conflito que existem possibilidades de resistência e de agenciamento social.

Antes que possamos investigar como recursos multissemióticos, utilizados pelas Marchas das Vadias, podem contribuir para a mudança das práticas discursivas sociais que sustentam a matriz de inteligibilidade heteronormativa, vamos estudar como a performatividade de gênero é construída socialmente concomitantemente à construção da memória coletiva acerca das “verdades” sobre os corpos sexuados.

1.2 Construção da memória coletiva e da performatividade de gênero

No livro *Los marcos sociales de la memoria*, redigido durante o turbulento período entre a primeira Guerra Mundial e a Segunda Guerra Mundial, Maurice Halbwachs (2004 [1925]) desenvolve um diálogo entre as posições do filósofo Henri Bergson e do sociólogo Émile Durkheim que culmina na concepção do conceito de memória coletiva. Para Bergson, a noção de duração está atrelada ao indivíduo e à temporalidade, e assim compreende que existiriam tantas durações quanto consciências individuais. Para o sociólogo, ao contrário, a noção de duração está atrelada à sociedade, e, assim, compreende que as durações são resultantes de convenções sociais. Os calendários estabelecem o ritmo da vida das pessoas. Diante dessas concepções, Halbwachs (2004) opta pela visão racionalista de Durkheim concernente à consciência coletiva, mas numa leitura contemporânea relativiza este conceito desenvolvendo um novo campo do saber, a memória coletiva, atrelando-a aos grupos sociais. Nessa perspectiva, a memória coletiva é tão diversa quanto são diversos os grupos sociais.

O essencial na teoria da memória coletiva é que uma pessoa se recorda daquilo que é induzida a recordar, sua memória é auxiliada pela memória de outros integrantes do grupo social em que a lembrança está alicerçada. Assim, as lembranças são evocadas na sociedade por intermédio de nossos grupos sociais, que nos oferecem instrumentos para as reconstruirmos. Os instrumentos seriam, nesse sentido, marcos sociais. É na medida em que nossos pensamentos individuais são alocados nesses marcos sociais que somos capazes de reconstruir uma lembrança do passado de acordo com cada época de nossas vidas em consonância com o pensamento dominante naquele grupo social. O sociólogo defende uma composição artificial da memória. Esta, subitamente numa reconstrução coletiva, se animaria e ganharia vida tornando a imagem construída, uma lembrança.

É comum que imagens desse tipo, impostas pelo meio em que vivemos, modifiquem a impressão que guardamos de um fato antigo, de uma pessoa outrora conhecida. Essas imagens talvez não reproduzam muito exatamente o passado, o elemento ou a parcela de lembrança que antes havia em nosso espírito talvez seja uma expressão mais exata do fato – a algumas lembranças reais se junta uma compacta massa de lembranças fictícias. Inversamente, pode acontecer que os testemunhos de outros sejam únicos e exatos, que eles corrijam e reorganizem a nossa lembrança e ao mesmo tempo se incorporem a ela. (HALBWACHS, 2006, p. 32).

Os seres humanos contam, assim, com uma memória socialmente construída no processo interativo mediado pela linguagem do “eu” com os outros sujeitos sociais. A pessoa que lembra e esquece é um ser social. Halbwachs (2004, p. 103) em *Los marcos sociales de la*

memoria registrou que “La sociedad, indudablemente, piensa por conjuntos: vincula sus nociones entre ellas, las agrupa en representaciones más complejas de personas y acontecimientos, incluyendo-as em unas nociones todavía mucho más complejas”. Neste livro, o autor analisa marcos sociais que se estabelecem no interior de três grupos sociais: família, religião e classe social. E, assim, ao segmentar a sociedade em grupos sociais apontando a existência de diferentes memórias coletivas no seio da sociedade, contribui para o estudo das identidades sociais.

A linguagem exerce papel fundamental ao ser a via de acesso social às lembranças do passado e, também, ao ser o elemento com o qual compartilhamos o passado no presente. Halbwachs (2004, p. 89) afirma que “...el lenguaje consiste, pues, en una cierta actitud del espíritu, que sólo es concebible en el interior de una sociedad, ficticia o real: es la función colectiva por excelencia do pensamiento”. A memória é, assim, uma composição artificial das lembranças por meio de conversas entre conhecidos. Isto pode ocorrer, por exemplo, quando amigos compartilham lembranças sobre uma festa de aniversário nas quais estiveram presentes. Também ocorre quando moradores de uma mesma cidade conversam sobre lembranças de um evento ocorrido em alguma localidade pública, como, por exemplo, um assalto com ampla divulgação pela mídia. Ao assistir as notícias sobre o acontecimento, o indivíduo pode vir a lembrar-se do ocorrido como se tivesse participado diretamente.

No grupo familiar, os sujeitos sociais se vinculam por laços parentais, compartilhando lembranças marcantes para a manutenção dos laços afetivos entre os parentes. No grupo religioso, seriam os dogmas compartilhados que estruturam e organizam as lembranças. E no grupo classe social, seriam os interesses da sociedade como um todo que prevalecem na construção da memória coletiva. No âmbito desta investigação, acrescentamos à análise os grupos sociais feministas, que, na compreensão da doutora em Memória Social Carmen Pereira (2014, p. 50) “as lembranças do cotidiano de opressão foram transformadas em estratégias de luta”. Nessa perspectiva, os quadros sociais da memória são mecanismos utilizados pelas feministas na construção narrativa do passado/presente de opressão e discriminação. Ao reconstruir o passado, as feministas conseguem refletir coletivamente sobre situações de abusos e de privação de direito, conseguindo, conseqüentemente, compreender melhor os novos desafios presentes na defesa dos direitos das mulheres. A dinâmica do lembrar coletivamente permite, inclusive, que memórias subterrâneas possam emergir para o centro do debate social.

Numa leitura da obra de Halbwachs, para quem a memória é um campo de coesão social, o sociólogo austríaco radicado na França, Michael Pollak (1989), identifica a memória

como resultante de processos de disputas sociais de poder e, portanto, um campo propenso à dissensão social. A memória nacional seria a versão oficial da memória de um Estado em que predominam os interesses dos grupos detentores de poder social e as chamadas memórias subterrâneas seriam as sobreviventes em meio às camadas mais vulneráveis socialmente. Quando Pollak aponta para um processo de disputas entre a memória oficial e a memória subterrânea, incorpora ao conceito de memórias coletivas a possibilidades de disputas de poder no âmbito social para que certos aspectos da vida não sejam esquecidos e/ou apagados.

Michael Pollak (1989) desenvolve o conceito de memórias subterrâneas quando está pesquisando os efeitos do nazismo e do stalinismo na vida dos sobreviventes e, nesta pesquisa, o deslocamos para o contexto das lutas diárias e das manifestações de ativistas sociais, em especial das feministas, que lutam pela igualdade de direitos sociais para todas as pessoas, independente da qualificação social de mulher/feminino ou de homem/masculino. Os mecanismos sociais de poder parecem querer igualar todas as mulheres como se sexo e se gênero fossem características isoladas de personalidade, de gostos e de preferências individuais.

Neste estudo, compreendemos mulheres como um termo a ser utilizado no plural. Existem mulheres com e sem o órgão genital denominado de vagina. Existem mulheres brancas e negras, heterossexuais e homossexuais, pentecostais, protestantes, católicas, mulçumanas, umbandistas e de diversas outras religiões. Em vista disso, as memórias subterrâneas, quando não existe um ambiente favorável para que elas integrem a esfera discursiva social, representam o esforço de determinados grupos para a possível subversão no silêncio. Por essas memórias subterrâneas permanecerem na lembrança dos grupos oprimidos socialmente, é que existe a chance de luta quando se cria um ambiente propício para sua emersão.

As questões relativas a grupos marginalizados, a grupos silenciados e a grupos em situações de vulnerabilidade social ao emergirem para a esfera discursiva, tornam o ambiente público propício para o reconhecimento da existência desses grupos; bem como, para a afirmação dos direitos e da apropriação de sua historicidade. Nessa perspectiva, os movimentos feministas e os movimentos sociais de lésbicas, de gays, de transexuais e de travestis fazerem emergir para o debate social a dinamicidade das performatividades de gênero, que, embora sejam reguladas pelas normas sociais vigentes, não são fixas ou imutáveis.

Ao integrar conceitos de atos de fala performativos, de identidade de gênero e de memória coletiva, refletiremos sobre a construção do “eu” feminino e dos processos sociais e

culturais para a construção dos conceitos estabelecidos de gênero, de sexo, de corpo e de desejo. Durante o estudo, com base nos autores analisados, consideraremos que essas categorias são invenções culturais construídas por meio da linguagem compartilhada socialmente. Ou seja, a memória individual das pessoas, sendo uma perspectiva da memória coletiva, é formada na integração dos aparelhos psíquicos que interagem uns com os outros em sociedade e cujo principal marco social constituidor é a linguagem. O ser mulher/fêmea e o ser homem/macho são construções sociais sendo que cada um ganha um papel institucionalizado por meio de discursos reguladores, cuja sistemática repetição no interior dos grupos sociais gera um esquecimento coletivo de que foram criados como mecanismos culturais de agenciamento social. Adquirem aparência de naturais, o que torna aparentemente categorizável a identidade mulher.

1.3 Performances feministas em pauta por meio de redes sociais

Performances são práticas corporais intencionais transmissoras ou questionadoras de valores culturais, de memórias e de identidades. Diana Taylor (2012), Diretora do Instituto Hemisférico de Performances e Política – uma rede multilíngue e interdisciplinar sediada em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, com representantes de todos os países das Américas de pesquisa de performances no continente – destaca que, desde os anos 1960, performances têm sido amplamente utilizadas como práticas corporais de enfrentamento de poder e de normas sociais. Essas são ações realizadas num determinado tempo e espaço, com início e fim. Como um protesto político, um desfile militar, uma apresentação de dança, um funeral e tantas outras performances com seus rituais próprios.

Diana Taylor (2012) utiliza como um exemplo de performance as Mães da Praça de Maio. O grupo é formado por mães com um pano branco amarrado na cabeça que se reúnem na Praça de Maio em Buenos Aires todas as quintas-feiras no mesmo horário, durante vários anos da ditadura militar na Argentina (1976-1983). Até hoje, algumas mães ainda se encontram na mesma praça para protestar contra o sumiço de seus filhos durante a ditadura. Em maio de 2015² a Associação das Mães da Praça de Maio reuniu-se na praça para lembrar os trinta e oito anos de luta e de busca pelos filhos desaparecidos no período da ditadura. Unidas, essas mães seguem protestando em favor da verdade, da memória e da justiça.

² Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=7IA0Y4QznvE>. Disponível em 25 de novembro de 2015.

Entre 2010 e 2015, presenciamos o aumento progressivo de ações feministas em nosso país, tanto em redes sociais quanto nas ruas, em ações contra a violência de gênero, contra a imputação de culpa em mulheres estupradas, contra a gordofobia, contra a discriminação a cabelos crespos e cacheados, contra a transfobia e contra projetos legislativos que reduzem os direitos das mulheres. Algumas mulheres expuseram-se neste período ao registrarem em redes sociais narrativas de abusos e violências por elas vivenciadas. Dessa forma, encorajam outras mulheres a também relatarem experiências de abusos. Essa dinâmica faz emergir para o debate social memórias relativas à condição social da subjetivação de corpos mulher/feminino na sociedade cuja expectativa é um entrelace de características consideradas próprias para esses corpos como, por exemplo: mulher-feminilidade-beleza-delicadeza-força-maternidade-decoro.

Um exemplo de performance feminista em ambiente digital foi a campanha criada em 2014 pela jornalista graduada pela Universidade de São Paulo, Nana Queiroz, denominada *Eu não mereço ser estuprada*³, em que mulheres publicaram, na página criada pela jornalista brasileira na rede social Facebook (esta página ganhou rápida divulgação contando com a participação de milhares de mulheres), fotos de si mesmas com a palavra de ordem *Eu não mereço ser estuprada* grafada no corpo ou em um cartaz. O movimento surgiu após a publicação do resultado da pesquisa *Tolerância social à violência contra a mulher* realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), órgão do governo federal, em março de 2014. Na pesquisa foram entrevistadas 3.810 pessoas, sendo desse total, 66,5% mulheres. Um dos dados divulgados foi de que 65,1% dos brasileiros concordam total ou parcialmente com a sentença: “Mulheres que usam roupa que mostram o corpo merecem ser atacadas”. Quase um mês depois, o IPEA publicou uma errata informando que este dado estava errado. Na verdade, o resultado correto seria: 26% dos entrevistados concordam total ou parcialmente com a frase reproduzida acima. Os 65,1% estariam relacionados à afirmativa: “Mulher que é agredida e continua com o parceiro, gosta de apanhar”. Mesmo com as correções, as estatísticas mantiveram-se altas.

As performances feministas ao chamarem a atenção para as lutas das mulheres tornam o ambiente social democrático propício para a emersão de lembranças sobre comportamentos, crenças e valores socialmente compartilhados de geração em geração que adquiriram com o tempo aspectos de "naturais" e, assim, passam a ser considerados inerentes

³ Fonte: https://www.facebook.com/EuNaoMerecoSerEstuprada/photos_stream. Disponível em 08 de janeiro de 2016.

às pessoas identificadas socialmente como mulheres.

Uma pessoa, ao ser chamada de mulher, adquire uma possibilidade reconhecida de existência social, uma identidade de gênero na qual a memória coletiva demanda, em uma sociedade heteronormativa, não só uma série de características físicas e biológicas, mas também comportamentais. Nas performances feministas, atos voluntários, conscientes e planejados, são questionados padrões de comportamento normativos relativos ao sexo e ao gênero, que são performativamente constituídos. Os corpos são performados ao serem subjetivados socialmente por processos culturais de forma involuntária.

A força performativa das performances feministas compartilhadas via redes sociais digitais ultrapassa o alcance de quantidade de pessoas que possuíam acesso aos panfletos, aos jornais informativos e a quaisquer outros materiais de divulgação utilizados por feministas de movimentos anteriores à utilização da internet na militância. A exposição em meio digital contribui para a circulação de ideias, que podem inter-relacionar pessoas de diversas partes do país e do mundo. Isto impulsiona a força de ruptura existente no processo de circulação de signos linguísticos como conceituou Jacques Derrida (1991) ao criar os conceitos de iterabilidade e de citacionalidade. A força de ruptura da performance ultrapassa a intenção de quem a realiza, à medida que todo ato de fala é um ato performativo cuja circulação por diferentes contextos rompe com o binômio signo/significante.

Como já mencionado anteriormente, para o filósofo franco-argelino, (1991) a iterabilidade consiste na propriedade do repetível, apartado da mesmice do significado. Existe na repetição um deslocamento de força que pode gerar num mesmo ato de fala diferentes efeitos dependendo do contexto, que não seriam possíveis de serem determinados com precisão. A citacionalidade de um signo é a impregnação de uma marca social sem a qual o signo não consegue funcionar na sociedade. A continuidade de uma marca depende para o seu funcionamento do jogo entre sua repetição-diferença.

A utilização da internet para a mobilização de movimentos sociais é compreendida pelo cientista político Igor Sádaba e pelo sociólogo Ángel Gordo coordenadores dos Cibersomosangas – um grupo de investigação da *Universidad Complutense de Madrid*, que desenvolve pesquisa aplicada e assessoria em torno de aspectos sociais, tecnológicos e organizacionais – na introdução do livro *Cultura digital y movimientos sociales* tecnologia e política como sendo um meio efetivo de luta social. Contudo, os autores alertam que esta visão não implica acreditar ingenuamente nas ferramentas tecnológicas como simplesmente um espaço de libertação e de bem-estar social. Eles interpretam a internet como um espaço ambivalente onde coexistem o poder dominante e o contrapoder.

Para a exposição do contrapoder na internet, é preciso que os cidadãos vençam o medo do poder social vigente. Castells (2012) compreende o medo como um dos sentimentos humanos mais paralisantes e, portanto, amplamente instigados pelos representantes do poder em países marcados pela repressão estatal, pela violência policial e pela impunidade política. Em contraponto, o autor aponta a raiva como um sentimento de potência igual ao do medo, podendo ser um catalizador do contrapoder social. Nos processos de comunicação, os indivíduos trocam informações e se integram em redes de solidariedade, que constituem um ambiente propício para vencer o medo e conseqüentemente extravasar a raiva acumulada em função das condições subalternas de vida. Nesses momentos, podem ser afloradas memórias subterrâneas reveladoras de mecanismos de opressão social, ampliando as condições de agenciamento daqueles grupos considerados como estando à margem da sociedade.

Nessa perspectiva, nos processos de comunicação digital, os seres humanos interagem produzindo e reproduzindo significados. Encontram em redes de interesse comum ouvintes para suas questões pessoais e sociais. E, assim, num compartilhamento entre o privado e o público, memórias culturais subterrâneas emergem para a esfera digital, promovendo mobilização pela divulgação de interesses comuns. Inicialmente, os grupos unem-se no mundo virtual, mas, sequencialmente, ocupam as ruas para a defesa de seus interesses e para não deixarem as lembranças relativas à opressão e às condições de vida serem apagadas ou ocultadas pelo poder vigente. Essa compreensão sobre a construção do sentido na internet é o que nos moveu a estudar o movimento Marcha das Vadias pelas fotos, cartazes, sons e outros recursos de comunicação postados nas redes sociais.

2. LEMBRAR-SE DE ALGO E ESQUECER-SE DE ALGO

Neste capítulo apresentaremos a metodologia para o desenvolvimento desta investigação acadêmica realizada em ambiente digital, assim como as etapas de pesquisa, seleção e organização dos recursos a serem analisados. O principal paradigma consiste na premissa de que as Marchas das Vadias no Brasil utilizam diversos sítios eletrônicos para a disseminação de seus ideais relativos à defesa dos direitos das mulheres (vide no anexo I um breve histórico de conquistas das mulheres no Brasil no âmbito jurídico). Praticamente todas as cidades que organizam o movimento contam com perfis no Facebook, Instagram, Youtube e/ou Blogs que são atualizados durante o ano com conteúdo relativo ao próprio movimento e a diversos temas políticos e sociais de interesse do grupo e de seus seguidores na internet. Muitos dos cartazes feitos por designers disponíveis na internet não são utilizados no dia da Marcha que é marcada por diferentes performances, faixas e palavras de ordem - gritadas, escritas no corpo e cantadas - que personalizam o acontecimento em cada localidade.

Objetivo geral

Investigar possibilidades de atualização da memória coletiva sobre o ser mulher – na qualidade de categoria social – por meio mobilização feminista via redes sociais, utilizando como parâmetro os recursos multissemióticos das Marchas das Vadias.

Objetivos específicos

Realizar diálogos possíveis entre o conceito de identidade performativa de gênero e as reivindicações feministas presentes nos recursos multissemióticos das Marchas das Vadias.

Identificar quais tipos de recursos semióticos são mobilizados pelas Marchas das Vadias que constroem memória social sobre o ser mulher.

Para alcançarmos os objetivos, desenvolveremos duas questões norteadoras da pesquisa: (1) quais configurações sobre o ser mulher, na qualidade de categoria social, aparecem nesses materiais? e (2) quais memórias coletivas sobre o ser mulher estão em ação por meio desses recursos?. Para realizarmos esta investigação acadêmica, recorreremos a fontes bibliográficas, à pesquisa de informações sobre as marchas por meio do buscador da web 2.0, o Google, e a visitas periódicas a redes sociais das Marchas das Vadias por mais de um ano. Neste período, observamos que as reivindicações das ativistas são aquelas concernentes à liberdade para as configurações de performatividade de gênero, para a liberdade de amar, para a liberdade de decidir pelo aborto seguro em quaisquer situações e o combate à violência com base em sexo/gênero. Durante o período de visitação dos sítios eletrônicos de cada Marcha das Vadias, verificamos que cada organização tem uma dinâmica própria de publicação de conteúdos. Então, destacamos nas subseções a seguir algumas observações importantes para a seleção dos recursos multissemióticos por localidade.

Ao longo do estudo, analisaremos, com base nos conceitos de memória coletiva, de performatividade de gênero e de performances corporais articulados com a conjuntura social e cultural do Brasil: (1) palavras de ordem, pronunciamentos, depoimentos e imagens que indexam possíveis configurações identitárias feministas das Marchas das Vadias; (2) recursos utilizados em performances que lembram características sobre o ser mulher (3) diálogos possíveis dos recursos multissemióticos das Marchas das Vadias com recursos de outros movimentos feministas.

2.1 Tipo de pesquisa

Para a socióloga Maria Cecília de Souza Minayo (2009, p. 14), as Ciências Sociais integram-se “a um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças”. Uma pesquisa qualitativa não objetiva investigar fatos, nem intenta pressupor verdades. Ao contrário, este tipo de pesquisa visa a um tipo de entendimento não-prescritivo sobre o fenômeno investigado, entendendo o pesquisador como sujeito imbricado nele e, por conseguinte, fundamentalmente parcial na prática da pesquisa e na análise dos dados.

Ao considerarmos que a presente pesquisa está sendo desenvolvida no âmbito da área de conhecimento interdisciplinar, a Memória Social, um campo de estudo no qual se conFiguram disputas com processos múltiplos de produção e de articulação de lembranças e

de esquecimentos dos sujeitos sociais, e que pretendemos investigar as articulações entre performatividade de gênero e de memória coletiva em ação nos recursos multissemióticos das Marchas das Vadias, a pesquisa qualitativa investigativa parece ser o modelo mais adequado, pois os resultados obtidos serão um olhar possível sobre os entrelaçamentos sociais entre memória, performatividade de gênero/sexo e feminismo. Não pretendemos, aqui, concluir verdades, mas lançarmos perspectivas de análise sobre as memórias em ação sobre o ser mulher na sociedade brasileira na perspectiva das Marchas das Vadias.

O método de pesquisa empregado foi o de observação – por mais de um ano, de sítios eletrônicos sem interação direta com as ativistas e organizadoras das Marchas. Os recursos multissemióticos foram observados, selecionados e organizados sem que a pesquisadora precisasse interagir com as ativistas e nem mesmo precisasse de senha para acessar os recursos. No caso do Facebook é preciso ter uma conta nesta rede social, contudo não é preciso ser amigo virtual ou integrante do grupo das Marchas estudadas para acessarmos as informações analisadas. Inclusive, nessa rede social, até janeiro de 2016 não fica registrado na página visitada quem viu suas informações. Assim, as ativistas produtoras e ou emissoras dos recursos multissemióticos não possuem controle sobre a circulação deles pela internet. Eles podem ser citados em contextos muito diferentes daqueles que os originaram, inclusive, ganhando novas significações.

A circulação dos recursos, assim como a sua repetição em outros contextos, promove uma diferença inerente aos atos performativos de fala segundo a leitura feita por Jaques Derrida (1991) dos conceitos de performatividade desenvolvidos por J. L. Austin (1990). E, ao mesmo tempo, ao analisarmos redes sociais atualizadas com publicações feitas por feministas teremos acesso à visão dessas construtoras do movimento Marcha das Vadias, que é plural devido à organização de cada Marcha ser organizada por ativistas locais e singulares por todos terem características muito semelhantes de ações para a defesa dos direitos das mulheres. Os resultados a serem obtidos nesta pesquisa serão subjetivos e estarão entrelaçados às interpretações da pesquisadora, à sua cultura e algumas de suas posições e configurações identitárias possíveis – mulher, branca, jornalista e estudante universitária em nível de mestrado.

2.2 Etapas da pesquisa e objetos de análise

A primeira etapa do estudo consistiu na definição do objeto a ser estudado, na seleção das Marchas a serem analisadas e na geração de dados. Adotamos o termo geração de dados

em virtude do que ocorre na dinâmica de repetir-diferir com base nos conceitos de iterabilidade e de citacionalidade de Jacques Derrida. Os dados, ao serem descolocados das redes sociais que os disponibilizam para o contexto desta pesquisa, podem engendrar novos significados, diferentes daqueles intencionados inicialmente pelas produtoras das enunciações originais.

A segunda etapa consistiu na sistematização dos dados e na análise dos recursos multissemióticos. Utilizamos como recursos multissemióticos cartazes, faixas, fotografias, pronunciamentos, depoimentos, palavras de ordem – gritadas, cantadas e grafadas no corpo – e vídeos disponibilizados na internet relacionados ao movimento social - Marcha das Vadias – criado a partir de 2011, quando foi realizada a primeira marcha. Algumas redes sociais das Marchas das Vadias e/ou das ativistas são atualizadas desde a organização da primeira marcha com temas relacionados às reivindicações e, usualmente, semanas antes da realização da marcha, as redes são atualizadas com cartazes produzidos com foco no tema central daquele ano. Muitos dos cartazes disponibilizados não são usados no dia da marcha, que conta mais com cartazes e faixas escritos à mão e com pinturas realizadas no corpo das vadias.

Após a marcha às ruas, são disponibilizadas fotos do acontecimento na internet que, ficando arquivadas digitalmente, podem ser acessadas a qualquer momento. Utilizaremos tanto as imagens de cartazes feitos exclusivamente para a circulação em ambiente virtual dos ideais defendidos pelas marchas, quanto às imagens de faixas utilizadas no dia em que a marcha sai às ruas. De acordo com as especialistas em estudos de gênero, Goldfarb, Minella e Lago (2013), as equipes organizadoras das marchas realizam reuniões presenciais e virtuais para a seleção das palavras de ordem daquele ano. Contudo, no dia da marcha nas ruas alguma manifestante pode aparecer com o seu próprio cartaz e empunhar a sua mensagem.

Para que o estudo nos aponte considerações de âmbito nacional, de modo a tentar mapear um perfil de memória em construção em âmbito nacional, definimos cinco capitais do país, sendo cada uma de uma Região Política e Administrativa. Como critério de seleção das localidades, empregamos a taxa da expressão máxima da violência contra a mulher, expressa pela taxa de feminicídio. De acordo com estudo, publicado em 2013 – utilizando dados coletados entre 2009 e 2011 – pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), intitulado de *Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil*, os cinco estados nos quais essa taxa é mais elevada em sua respectiva Região Política e Administrativa, são os seguintes: Espírito Santo (11,24), Bahia (9,08), Roraima (8,51), Goiás (7,57) e Paraná (6,49), taxas de

feminicídios por cem mil mulheres. Este estudo revelou que a cada hora e meia ocorre um feminicídio no país.

Em 2015, foi publicada uma versão corrigida do estudo *Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil*, na revista *Panam Salud Publica* sob o título *Estimativas corrigidas de feminicídios no Brasil 2009-2011*, com autoria de Garcia, Freitas, Silva e Hofelmann. Nesta versão, estimaram-se 17.167 óbitos de mulheres, o que equivale a uma taxa de 5,86 por 100.000. A maior parte das mulheres assassinadas é composta por jovens entre 20 a 29 anos de idade e entre 30 a 39 anos de idade. Mais da metade das mulheres assassinadas foi de mulheres negras. Mais de um terço dos feminicídios ocorreram nos fins de semana, sendo um quinto aos domingos. Residências, vias públicas, hospitais ou outras unidades de saúde foram os principais locais de óbito das mulheres.

Os casos de homicídios são tratados pelo artigo 121 do Código Penal, que fora alterado quando da promulgação da Lei nº 13.104/2015 que incluiu o feminicídio como circunstância qualificadora em crimes de homicídio contra mulheres. A Lei 13.104/2015 também alterou o Artigo 1º da Lei 8.072 de julho 1990 para incluir o feminicídio no rol de crimes hediondos. Nessas leis ainda são consideradas mulheres aquelas pessoas em cujo sexo marcado no registro de identificação civil é o feminino. As transexuais – que não conseguiram ainda nova documentação e os travestis; portanto, só são beneficiados por elas conforme a jurisprudência de cada juiz de direito.

Conforme o estudo *Avaliando a efetividade da Lei Maria da Penha* publicado em março de 2015 pelo IPEA, na avaliação da efetividade da Lei Maria da Penha foi aplicado o índice de feminicídios devido a não sistematização em âmbito nacional de dados referentes à violência não letal contra mulheres. Dessa forma, utilizamos como critério para a seleção das localidades a serem estudadas o mesmo indicador, apesar de ele excluir diversas outras tipologias de violência. Inclusive, excluir indicadores de violências sofridas por mulheres transexuais e por travestis, visto que os indicadores de feminicídios registrados no Sistema de Indicadores de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde – o sistema de coleta de dados utilizado pelo IPEA no estudo sobre o feminicídio no Brasil – não incluam os índices de transfeminicídios.

Na definição dos indicadores de avaliação da efetividade da Lei Maria da Penha, o IPEA definiu o modelo de diferenças confrontando o grupo de tratamento (homicídio de mulheres) com o grupo de controle (homicídio de homens). Para explicarem homicídios e homicídios dentro das residências foram ponderados efeitos fixos locais e temporais, incluindo as variáveis de controle para a existência de armas de fogo e para o consumo de

bebidas alcoólicas em microrregiões brasileiras. Os resultados obtidos expuseram que a Lei Maria da Penha proporcionou efeitos estatisticamente relevantes para a redução dos homicídios de mulheres associados à questão de gênero em 2006 e 2007, anos próximos à promulgação da referida Lei. Nos anos seguintes, os índices de violência letal às mulheres retornaram a patamares semelhantes ao anterior a Lei. Assim, o estudo conclui que, adicionalmente à Lei Maria da Penha, ainda são necessárias diversas ações para a quebra da ideologia patriarcal na qual está alicerçada a raiz da violência contra a mulher como uma ação de defesa da honra masculina.

Espírito Santo, o estado com o maior índice de feminicídios do Sudeste.

Segundo estudo de Garcia, Freitas, Silva e Hofelmann (2015), o Espírito Santo é o estado brasileiro com a maior taxa de feminicídios no Brasil, tanto na primeira versão do estudo publicado pelo IPEA em 2013 quanto na versão corrigida publicada em 2015. É, também, o estado com o maior índice de feminicídios da Região Sudeste, mesmo após a publicação da versão corrigida na qual ficou definida a taxa 11,05 para cada cem mil mulheres.

Bahia, o segundo estado com o maior índice de feminicídios do Nordeste.

Quando iniciamos esta pesquisa, utilizamos as taxas de feminicídios no Brasil publicadas no estudo *Violência contra a mulher, feminicídios no Brasil* com dados coletados entre 2009 e 2011 e publicados pela primeira vez em 2013. Nesta versão do estudo, a Bahia aparece como o segundo estado brasileiro com a maior taxa de feminicídios do Brasil e o primeiro da Região Nordeste – 9,08 por cem mil mulheres. E o estado de Alagoas aparece em terceiro lugar no país e o segundo na Região Nordeste, com a taxa de 8,84 por cem mil mulheres. A versão com os dados corrigidos de feminicídios, de Garcia, Freitas, Silva e Hofelmann (2015), apresenta uma mudança de ordem entre estes estados. Alagoas com a nova taxa de feminicídios de 8,12 por cem mil habitantes passa a representar o segundo estado com a maior taxa do estudo. E a Bahia com a nova taxa de feminicídios de 7,75 por cem mil habitantes é o terceiro estado com a maior taxa do estudo e o segundo estado com o maior índice de feminicídios da Região Nordeste.

Embora Alagoas tenha assumido a segunda posição, em virtude de estar há mais de um ano observando as marchas realizadas na capital da Bahia e os dados coletados me

induziram a permanecer analisando recursos multissemióticos do movimento realizado nesta cidade. Assim, observaremos como os indicadores de violência contra a mulher aparecem nas Marchas visto que, tanto no estudo publicado em 2013 quanto no estudo publicado em 2015, a taxa permanece alta apesar da diferença.

Roraima, o estado com a maior taxa de feminicídios do Norte.

Roraima é o quarto estado com a maior taxa de feminicídio no país, sendo 8,51 por cem mil mulheres, segundo o estudo *Violência contra a mulher, feminicídios no Brasil* com dados coletados entre 2009 e 2011 e publicados pela primeira vez em 2013. Na versão com os dados corrigidos de feminicídios, Garcia, Freitas, Silva e Hofelmann (2015) Roraima, apresentando uma taxa de 7,59 por cem mil mulheres, mantém-se como o quarto estado com a maior taxa de feminicídios do Brasil.

Em Roraima, por meio de pesquisa no sistema de buscador da web 2.0, o Google, localizamos apenas como rede social um grupo fechado no Facebook com informações sobre as Marchas realizadas na capital. Como optamos por trabalhar apenas com imagens públicas para as quais não precisaríamos de senha de acesso ou de permissão para visualizarmos os recursos multissemióticos, não poderemos utilizar as informações referentes a estas Marchas. Também não achamos imagens de Marchas realizadas em qualquer cidade de Roraima. Por isso, para representarmos o movimento na Região Norte do país vamos analisar os recursos multissemióticos da Marcha da Vadias de Rondônia.

Rondônia, o segundo estado com a maior taxa de feminicídios da Região Norte.

De acordo com a primeira versão do estudo citado, Rondônia tinha uma taxa de feminicídios 7,42 por cem mil mulheres sendo o sétimo estado com a maior taxa de feminicídios do país e o segundo com a maior taxa da Região Norte. Na versão com os dados corrigidos de feminicídios, Garcia, Freitas, Silva e Hofelmann (2015), o estado aparece com taxa 6,49 por cem mil mulheres e mantém as mesmas posições ocupadas na primeira versão do estudo.

Goiás, o estado com a maior taxa de feminicídios da Região Centro-Oeste.

Com a taxa de feminicídios 7,57 por cem mil mulheres de acordo com o estudo *Violência contra a mulher, feminicídios no Brasil*, dados coletados entre 2009 e 2011 e publicados pela primeira vez em 2013, Goiás é o sexto estado com a maior taxa de feminicídios do país e tem a maior taxa da Região Centro-Oeste. Na versão com dados corrigidos de feminicídios, Garcia, Freitas, Silva e Hofelmann (2015), Goiás tem taxa 6,90 por cem mil mulheres e mantém a mesma posição ocupada na primeira versão do estudo.

Paraná, o estado com a maior taxa de feminicídios da Região Sul.

Com a taxa de feminicídios 6,49 por cem mil mulheres de acordo com o estudo *Violência contra a mulher, feminicídios no Brasil* com dados coletados entre 2009 e 2011 e publicados pela primeira vez em 2013, Paraná é o décimo terceiro estado com a maior taxa de feminicídios do país e o com a maior taxa da Região Sul. Na versão com os dados corrigidos de feminicídios, Garcia, Freitas, Silva e Hofelmann (2015), o Paraná aparece com taxa 6,23 por cem mil mulheres e mantém a mesma posição ocupada na primeira versão do estudo.

2.3 Questões éticas e a seleção e análise de dados

Por questões éticas não divulgaremos nomes, endereços de páginas pessoais e quando utilizarmos no estudo imagens com rostos, nós inseriremos uma tarja para não permitirmos a identificação das ativistas. Somam-se aos procedimentos éticos, a escolha dos sítios eletrônicos das Marchas na internet, os tipos de informações coletadas, bem como sua organização. Estes foram definidos com base no guia *Ethical Decision-Making and Internet Research*⁴ publicado em 2012 pela *Association of Internet Research (AoIR)* e nortearam as etapas de (1) Observação, de (2) seleção e de (3) organização dos recursos multissemióticos das Marchas aqui estudadas. A AiOR é uma associação internacional acadêmica dedicada ao avanço do campo interdisciplinar de estudos de Internet.

Os recursos utilizados estão disponíveis para usuários da internet não sendo

⁴ Fonte: <http://aoir.org/reports/ethics2.pdf> Disponível em 24 de dezembro de 2015

necessárias senhas de acesso ou permissão para suas visualizações. Selecionamos para estudo recursos multissemióticos de temas mais abordados nos anos de realização das Marchas das Vadias por localidade estudada. Também estabeleceremos diálogos possíveis com reivindicações de outros movimentos feministas, assim como com assuntos políticos e sociais em debates públicos.

Na Tabela 1, estão consolidados os temas presentes em palavras de ordem, em pronunciamentos, em depoimentos e imagens das Marchas das Vadias estudadas, assim como as datas e a periodicidade de realização. Para mais informações sobre as marchas realizadas, incluindo os endereços eletrônicos das redes sociais observadas, verifique as tabelas do Anexo II.

Tabela 1 - Dados sobre as Marchas das Vadias

Cidade	Dia/Mês/Ano	Periodicidade	Temas abordados
Vitória	26 de Maio de 2012 20 de julho de 2013 02 de agosto de 2014 21 de novembro de 2015	Anual	Violência contra a mulher Direito ao corpo Machismo Acesso legal ao aborto Beleza feminina Liberdade sexual Racismo
Salvador	02 de julho de 2011 02 de julho de 2012 02 de julho de 2013 02 de julho de 2014 02 de julho de 2015	Anual	Violência contra a mulher Direito ao corpo Machismo Acesso legal ao aborto Beleza feminina Liberdade sexual Racismo Parto natural Transfobia Legalização da maconha
Porto Velho	03 de agosto de 2013 29 de junho de 2014	Anual	Violência contra a mulher Machismo
Goiânia	14 de julho de 2011 07 de julho de 2012 08 de junho de 2013 20 de dezembro de 2014 08 de agosto de 2015	Anual	Violência contra a mulher Direito ao corpo Machismo Acesso legal ao aborto Beleza feminina Liberdade sexual Racismo Direito dos povos indígenas Legalização da prostituição
Curitiba	16 de julho de 2011 14 de julho de 2012 13 de julho de 2013 05 de julho de 2014 04 de julho de 2015	Anual	Violência contra a mulher Direito ao corpo Machismo Acesso legal ao aborto Beleza feminina Liberdade sexual Racismo Transfobia Femicídio

Na próxima seção, apresentamos as análises provenientes de nossa investigação organizando as subseções por capital de cada estado, que estão entre os 13 estados com os maiores índices de feminicídio do país.

3. UM OLHAR POSSÍVEL SOBRE OS RECURSOS SEMIÓTICOS DAS MARCHAS DAS VADIAS

Neste capítulo, analisaremos recursos multissemióticos produzidos e utilizados pelas Marchas das Vadias considerando, com base na observação das redes sociais administradas por ativistas do movimento que, estes costumam ser realizados sem o envolvimento de lideranças políticas ou partidárias na organização, Sendo auto-organizadas por ativistas locais com ideias semelhantes quanto à defesa dos direitos das mulheres e da liberdade sexual. A conectividade entre as ativistas e os simpatizantes do movimento é realizada por redes horizontais multimodais. Algumas ruas de cada cidade em que a marcha é realizada são ocupadas uma vez ao ano, e, com isso, ocupam espaços digitais e urbanos denominados por Castells (2012) de *espaços de autonomia*. São manifestações globais e locais na medida em que foram iniciadas devido a uma demanda de jovens de uma determinada cidade no Canadá e ganharam o mundo ocidental, pois devido à divulgação via internet, muitas jovens identificaram-se com as reivindicações e organizaram-se nos moldes da primeira marcha. Contudo, questões e particularidades de cada cidade na qual é realizada, também vêm sendo incorporadas às reivindicações das demandas locais. Por isso, é um movimento sempre a ser denominado no plural: Marchas das Vadias.

Também compreendemos como características das marchas sentimentos de indignação e de esperança. De indignação, em especial, pela forma violenta e desrespeitosa com que as sociedades machistas tratam corpos subjetivados de forma diferente daquela proposta que Judith Butler (2013) denominou de matriz de inteligibilidade heteronormativa. Sem mensurar índices de rejeição e suas consequências, pois extrapolam esta pesquisa, verificamos queixas das ativistas tanto relativas ao desrespeito contra a mulher que não corresponde ao estereótipo social atrelado a esta categoria social, aos corpos trans. As ativistas unem-se no combate a este preconceito e no questionamento do que é ser mulher e como esta deve portar-se. Refletem e lutam pela pluralidade relacionada ao desejo, ao sexo, ao gênero, a sexualidade e as suas formas de expressão.

Soma-se ainda como característica das Marchas das Vadias a passividade do movimento atrelada ao desejo de revolução. Algumas organizações locais se dizem contra o capitalismo, mas não desejam assumir o governo do Estado. Ao assumirem as ruas, podem enfrentar represálias da polícia quando algumas ativistas saem com os seios à mostra; pois este é previsto no artigo 233 Código Penal brasileiro como atentado ao pudor, podendo a infratora ser detida e levada a uma delegacia para prestar depoimento.

3.1 Marchas das Vadias em Vitória/ES

A primeira Marcha das Vadias de Vitória, realizada em 26 de maio de 2012, ficou registrada na internet em dois vídeos disponíveis no Youtube. A segunda marcha, realizada em 20 de julho de 2013, está registrada numa comunidade no Facebook, com o nome de *Marcha das Vadias Vitória ES 2013*, em um vídeo publicado no Youtube e em um vídeo publicado no portal LGBT-ES da comunidade lésbica, gay, bissexual e transexual capixaba.

A marcha de 2014, ocorrida em 02 de agosto de 2016, está registrada na comunidade *Marcha das Vadias ES*. Nesta também constam anúncios relativos à organização da Marcha em 2015, realizada em 21 de novembro. Neste ano, a manifestação contou com uma denominação diferente: *Rolê feminista no enfrentamento ao estupro*. Não localizamos recursos multissemióticos dessa marcha. Na Tabela 2 do Anexo II, consolidamos informações da coleta de dados referentes às marchas realizadas nesta cidade, incluindo os endereços eletrônicos das redes sociais.

Nos registros digitais das marchas, observamos que os temas constantes nas Marchas das Vadias realizadas na capital do Espírito Santo, são: direito ao corpo, machismo, violência contra a mulher, acesso ao aborto legal e liberdade sexual. Como marcas diferenciais do movimento em Vitória destacamos a realização de uma pré-marcha denominada Bicletada das Vadias realizada em 25 de julho de 2014 e a mudança do nome de Marcha das Vadias para Rolê feminista no enfrentamento ao estupro 2015. A seguir, destacamos quatro imagens representativas dos temas que aparecem ao menos em três das marchas realizadas na cidade.

Figura 1 - Direito ao corpo – Vitória – 2012



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8111dVt6A3o>. Acesso em 14 de janeiro de 2016.

Figura 2 - Machismo - Vitória/ES – 2013



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=voVa9RXqs6Q>. Acesso em 14 de janeiro de 2016.

Figura 3 - Violência contra a mulher - Vitória/ES - 2014



Disponível em: <https://www.facebook.com/marchadasvadias.es/photos/pb.771464976237242.-2207520000.1453136687.787708177946255/?type=3&theater>. Acesso em 18 de janeiro de 2016.

Figura 4 - Acesso ao aborto legal - Vitória/ES - 2013



Disponível em: <http://lgbtes.tumblr.com/post/56147320273/marcha-das-vadias-slutwalkvit%C3%B3ria-es2013-by>. Acesso em 18 de janeiro de 2016.

A Figura 1, um cartaz levado por uma das ativistas na primeira marcha realizada na cidade de Vitória, apresenta a temática de direito ao corpo, o que nos remete ao tema da tese de Carmen Pereira (2014), na qual ela discutiu o enunciado “Nosso corpo nos pertence?” como patrimônio da luta feminista em que:

O corpo das mulheres é o ponto principal de convergência das estratégias de poder. O controle do corpo se dá através da sexualidade e da reprodução e está presente nos discursos da Igreja, do Estado e das instituições sociais (família, matrimônio, escola). A luta contra a discriminação, que tem entre outras estratégias o slogan “nosso corpo nos pertence”, permanece como bandeira das denúncias de opressão há mais de cinquenta anos, construindo uma memória discursiva. (PEREIRA 2014, p.60)

Percebemos, assim, que a luta pelo domínio do próprio corpo ainda ecoa nas reivindicações das feministas, trazendo para as lembranças presentes o processo histórico-cultural de dominação e de opressão sobre o corpo. Nesse processo os corpos têm sido subjetivados com base na regulação das performatividades de gênero em conformidade com o que Judith Butler (2013) denominou de a matriz de inteligibilidade heteronormativa. Esses atos de fala repetidos por mais de cinco décadas, dialogam, ainda, com a filósofa Judith Butler

(2000), quando esta nos afirma que apesar do processo de regulação, as performatividades de gênero demonstram-se intermitentes.

Na Figura 2, observamos um cartaz levado por uma ativista na segunda marcha realizada em Vitória com os dizeres: “Lugar de estuprador não é na certidão de nascimento. É na cadeia. Não ao Estatuto do Nascituro”. O projeto Lei 478/2007, conhecido como Estatuto do Nascituro, tramita há quase uma década no Congresso Nacional. Em setembro de 2015, foi aprovada pela Comissão de Constituição, de Justiça e de Cidadania da Câmara de Deputados a realização de audiência pública para o debate deste projeto do Deputado evangélico Marcos Rogério do PDT/RO. O Estatuto do Nascituro, criado em 2007, já passou por uma série de revisões em seu texto, mas segue visando proteger o nascituro ao oferecer à mulher grávida vítima de estupro ajuda financeira para gerar a criança. Se a mulher desejar gerar a criança, mas não criá-la, receberá apoio para encaminhá-la para a adoção. Se a mulher desejar gerar e criar a criança, poderá pedir pensão alimentícia para o estuprador/pai. O Estatuto é amplamente questionado por grupos de defesa dos direitos das mulheres, pois propõe que um estuprador seja qualificado como pai, gerando um elo familiar entre a mulher, a criança e o homem. Com a intensificação dos debates na Câmara dos Deputados, em 2013, feministas de diversas cidades brasileiras demonstraram repúdio ao Estatuto ao saírem às ruas e ao utilizarem as redes sociais para apontarem o retrocesso representado pelo Estatuto do Nascituro frente à luta de defesa dos direitos das mulheres.

A Figura 4 é um cartaz levado na marcha realizada em 2013 com os dizeres: “Tire sua bíblia do meu ovário!”, que dialoga politicamente com a Figura 3; visto que o Estatuto do Nascituro conta no Congresso Nacional com o apoio dos Deputados Federais e dos Senadores evangélicos e católicos. Ações solicitando a legalização do aborto em quaisquer situações têm sido uma luta constante das feministas no Brasil. O procedimento é tipificado como crime de atentado à vida humana no Código Penal em vigor desde 1984, que prevê de um a três anos de detenção para a grávida que se submete a aborto por vontade própria e para quem provoque o procedimento. Também está prevista a penalidade de um a quatro anos para quem submeter mulher grávida ao aborto sem o prévio consentimento dela. Porém não é considerado crime o aborto realizado por médico vinculado profissionalmente a Unidade de Saúde autorizada pelo Ministério da Saúde em três situações: (1) quando há de risco de vida da mulher grávida ou de dano irreparável a sua saúde física ou psicológica; (2) quando a gravidez é resultado de um estupro e (3) quando o feto é anencéfalo (decisão do Supremo Tribunal Federal por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 54).

Atualmente o atendimento, realizado por profissionais do Sistema Único de Saúde

(SUS) a mulheres vítimas de violência sexual, deve ser feito com base na terceira edição da *Norma técnica de prevenção e tratamento de Agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes*, publicada em 2012. Esta publicação visa a garantir atendimento humanizado e criterioso para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e para a prevenção e, também, a interrupção da gravidez em decorrência de estupro. Para receber este atendimento, não é necessário registro de boletim de ocorrência, uma vez que muitas adolescentes não desejam denunciar seu agressor em função de relações familiares, profissionais e de diversas outras relações íntimas.

Na Norma Técnica, a violência sexual é abordada como um atentado aos direitos humanos e uma questão de saúde pública. Essa abordagem fundamenta-se na Constituição de 1988, no Código Penal, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei Maria da Penha e em acordos e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário: a Conferência de Cairo de 1994, a Conferência de Beijing de 1995 e a Convenção de Belém do Pará de 1994. É para a manutenção e o cumprimento desse conjunto legislativo, bem como para ampliação dos serviços de atenção às mulheres que muitas feministas têm expostos suas vidas nas redes sociais e unindo-se em marchas pelo país. A organização feminista *Católicas pelo direito de decidir* publicou originalmente na Revista Fórum e depois em seu sítio na internet – catolicas.org.br – o manifesto *Deixem as mulheres viverem em paz!*, em repúdio ao Projeto Lei 5069/2013. Este é considerado um retrocesso social capaz de causar aumento de abortos clandestinos, aumento de clínicas clandestinas e o aumento da mortalidade materna.

O Projeto Lei 5069/2013 de autoria do evangélico Deputado Eduardo Cunha, do PMDB/RJ, em parceria com mais 12 Deputados, tipifica como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem induz a gestante à realização do aborto, mesmo em casos previstos na atual legislação. Se esta Lei foi aprovada, a mulher para ter direito ao aborto legal, em casos de gravidez decorrentes de estupro, precisará registrar boletim de ocorrência policial e ser submetida a exame de corpo delito. Os profissionais de saúde que atenderem às mulheres nessa situação não poderão orientá-las sobre o aborto legal e, também, não poderão prescrever medicamentos abortivos. Caso o médico considere a pílula do dia seguinte abortiva, ele poderá optar por não prescrever a medicação. Com base no exposto, algumas feministas consideram que esta Lei abrirá precedentes para a proibição da comercialização da pílula do dia seguinte no Brasil.

A Figura 3 retrata uma temática amplamente abordada nas redes sociais das Marchas das Vadias de Vitória/ES, a violência letal contra as mulheres. Em vídeos disponíveis no Youtube da marcha realizada em 2012 e da marcha realizada em 2013, são proferidos

discursos sobre o fato de o estado Espírito Santo ser o líder nacional de feminicídios. No documento Mapa da violência 2012: os novos padrões homicidas no Brasil publicado por Julio Jacobo Waisselisz, a taxa de homicídio de mulheres do Espírito Santo é de 9,4 por 100 mil mulheres. O estado seguiu tendo o maior índice de assassinatos de mulheres em documentos publicados posteriormente, como o estudo *Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil* publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2013 e a versão corrigida deste estudo intitulada, *Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil*, divulgada na revista *Panam Salud Publica* sob o título *Estimativas corrigidas de feminicídios no Brasil 2009-2011*.

Na comunidade no Facebook intitulada *Marcha das Vadias Vitória ES 2013*, foi divulgada uma série de cartazes com diagramação semelhante ao representado na Figura 3, visando denunciar os assassinatos de mulheres ocorridos no estado. A disposição das imagens assemelha-se a de uma notícia publicada em um jornal ou em uma revista. Essa série de artes produzidas foi um recurso empregado pelas ativistas para que a lembrança do crime não se restrinja às estatísticas. Cada mulher assassinada era uma pessoa com nome, endereço, família, planos para o futuro etc. Isso pode proporcionar aos visitantes da página empatia pelas mulheres.

Em vídeo disponível no Portal LGBT-ES (a comunidade gay, lésbica, bissexual e transexual capixaba) da Marcha realizada em 2013, uma jovem declara que luta para: “a mulher ter direito ao aborto. Pela lésbica ter o direito de sair na rua de mão dada, de beijar na rua, de ser feliz. E eu luto pela mulher ter o direito de vestir o que quiser e viver da forma que ela achar melhor”.⁵ Esse depoimento é representativo de que as Marchas realizadas em Vitória se configuram como uma luta contra o machismo, percebido pelas feministas como uma das motivações culturais responsáveis pelos estupros, pelas violências domésticas, pelos feminicídios e por diversas ações desrespeitosas e violentas para com as pessoas cuja performatividade de gênero é a de mulher. Inclusive pelo desrespeito à decisão de cada mulher individualmente optar pela interrupção voluntária da gravidez em quaisquer situações. As reivindicações das vadias dialogam em conformidade com a pauta de diversos outros movimentos contemporâneos e também com pautas feministas de outras décadas.

⁵ Disponível em: <http://lgbtes.tumblr.com/post/56147320273/marcha-das-vadias-lutwalkvit%C3%B3ria-es2013-by>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

Aparece como forte diferencial da Marcha das Vadias a luta para a conscientização de que não é o corpo biológico e físico que determina a sexualidade de uma pessoa.

3.2 Marchas das Vadias Salvador/BA

A primeira Marcha foi realizada em 2 de julho de 2011 e as subseqüentes foram realizadas anualmente sempre na mesma data. O dia 2 de julho é considerado o dia da independência da Bahia e, em 2013, a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei 12.819/2013 que inclui a data de 2 de julho de 1823 no calendário de efemérides nacionais. Todas as marchas estão registradas em vídeos disponíveis no Youtube.

Na Tabela 3, no Anexo 2 consolidamos algumas informações referentes às Marchas realizadas em Salvador e, com estas, verificamos que os temas que aparecem em ao menos três marchas realizadas na capital da Bahia, são: direito ao corpo, machismo, violência contra a mulher, acesso ao aborto legal e liberdade sexual. Na sequência, destacamos cinco imagens representativas destes temas.

Figura 5 – Direito ao corpo – Salvador/BA –2011



Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pcal_w1qGZc. Acesso em 13 de janeiro de 2016.

Figura 6 – Machismo – Salvador/BA – 2012



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DribssmgG-k>. Acesso em 18 de janeiro de 2016.

Figura 7 – Violência contra a mulher – Salvador/BA – 2013



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KH-WqAbh3Tc>. Acesso em 18 de janeiro de 2016.

Figura 8 – Acesso ao aborto legal – Salvador/BA –2014



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KH-WqAbh3Tc>. Acesso em 18 de janeiro de 2016.

Figura 9 – Liberdade sexual – BA – 2014



Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=760566684009873&set=pcb.760567124009829&type=3&theater>. Acesso em 18 de janeiro de 2016.

Na Figura 5 observamos uma faixa levada no dia da primeira marcha realizada na cidade de Salvador, em 2 de julho de 2011, com os dizeres: “Me visto como eu quiser!!!”. Esta palavra de ordem é muito significativa nesse primeiro ano do movimento ao considerarmos que a sua deflagração foi realizada a partir da declaração de um policial convidado pela Universidade de Toronto, no Canadá, para conversar com os alunos sobre uma série de denúncias de estupros em festas no campus – “se a mulher não se vestir como uma vadia, reduz o risco de ela sofrer um estupro.” – as jovens se sentiram indignadas e revoltadas. Infelizmente, esse comportamento machista que imputa culpabilidade as mulheres violentadas sexualmente acontece no Brasil, no Canadá e em diversos países ainda alicerçados numa cultura machista. Nesse contexto, a luta das feministas é por conscientizar que a culpa nunca é da pessoa violentada. Outra luta é pela redução da mortalidade de mulheres, que pode ser causada conforme argumentação em cartazes retratados nas Figuras 6, 8 e 9 por machismo, por proibição legal da interrupção da gravidez e por lesbofobia. Utilizando um megafone, uma das ativistas da Marcha das Vadias faz breve pronunciamento alertando:

(...) cada ano cerca de 10 mil mulheres só em Salvador denunciam a violência. Imaginam quantas estão caladas? Nós queremos tirar de casa aquelas mulheres que se calam diante da violência. Queremos trazer pessoas para elas se fortalecerem. E dizer para os homens que batem nas mulheres que eles são escrotos e não deveriam existir. (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DribssmgG-k>. Acesso em 18 de janeiro de 2016).

Diante da violência contra as mulheres, as ativistas de Salvador desejam levar pessoas às ruas para marcharem, pois demonstram acreditar que este ato poderá fortalecer mulheres em situação de violência e, assim, elas poderão ter coragem para denunciarem seus agressores. Soma-se a isso que muitas situações de agressões são simbólicas e regulamentadas pelo sistema jurídico nacional, como no caso das regulações legais que impedem a escolha pela interrupção da gravidez. No documentário intitulado *Clandestinas*, realizado pela Sempreviva Organização Feminista e pela *International Woman Health Coalition*⁶, conhecemos a história de mulheres que realizaram aborto clandestino em diferentes situações e contextos. Uma dessas mulheres relata que, após abortar em uma

⁶Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AXuKe0W3ZOU> Acesso em 16 de dezembro de 2014.

clínica com péssimas condições de higiene, sangrou por dias, pois o procedimento não fora realizado adequadamente. E, com isso, foi em péssimas condições de saúde a uma unidade de atendimento, conveniada ao Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde, para ser atendida. Quando chegou à unidade, foi orientada por uma das médicas, cujo plantão estava terminando e pelas enfermeiras, a convencer o médico - que assumiria o plantão seguinte - de que estava em processo de abortamento espontâneo. Quando o médico assumiu o plantão e iniciou o atendimento, disse coisas horríveis sobre as técnicas de aborto enquanto a mulher sofria com dores. As enfermeiras a ajudaram a convencê-lo de que estava sofrendo pela perda da gravidez e só após nisto acreditar, ele iniciou o atendimento de forma adequada. As profissionais afirmaram que se o médico soubesse da interrupção proposital da gravidez, deixá-la-ia morrer. Isto ocorre devido à influência de valores e de crenças pessoais em decisões profissionais.

Ressaltamos que a interrupção voluntária da gravidez, em conformidade com o Manual de Atenção ao Aborto Humanizado publicado em 2005 pelo Ministério da Saúde do Brasil, é a interrupção da gravidez de até 20^a- 22^a semana e com feto pesando menos de 500g. Se a gravidez for interrompida em período inferior à 20^a semana e com produto de concepção pesando mais de 500g, será considerado parto de prematuro. Ainda em relação a essa temática, verificamos na figura 9, que consiste numa foto tirada no dia da marcha às ruas realizada em 2014, com os dizeres “Tire sua bíblia do meu útero” grafados no abdômen. A pintura no corpo é uma das estratégias de expressão mais utilizadas pelas ativistas deste movimento. Semelhantemente às ativistas do movimento feminista Femen — coletivo feminista ucraniano fundado em 2008 notório por protestar de topless contra temas relativos ao turismo sexual, ao racismo, à homofobia e ao sexismo em diversas cidades do mundo — também costumam grafar no próprio corpo temas reivindicados nas manifestações. Acrescenta-se que sair no dia da marcha com os seios desnudos e a realização de performances também como pontos em comum de expressão das ativistas do Femen e das ativistas das Marchas das Vadias.

Contudo, o uso do corpo como ato político vai ao encontro de valores normativos causando certo incômodo em indivíduos cuja vida está regulada em conformidade com o que a filósofa Judith Butler (2013) denominou de matriz de inteligibilidade heteronormativa. Se por um aspecto, esse desconforto para quem está aberto a refletir sobre a cultura vigente, pode representar uma oportunidade para o questionamento, por outro, para quem não está preparado ou interessado, é um convite para a crítica negativa e para os julgamentos. E, no caso do Brasil, as manifestantes mulheres podem ser autuadas por estarem com os seios

descobertos. Por isso, muitas optam como as ativistas retratadas nas Figuras 6 e 7 por cobrirem os seios com pintura.

Adicionalmente, na Figura 7 é lembrado o direito das mulheres de dizerem não em quaisquer situações. Uma mulher pode recusar um beijo, um abraço, um toque, um ato sexual. Não importa se a recusa está sendo feita ao marido, ao namorado ou ao amigo. Se a recusa está sendo feita em ambiente público ou privado. Também não importam as motivações da recusa. As mulheres precisam ser respeitadas em quaisquer circunstâncias. Em hipótese alguma a culpa é da mulher quando esta vivencia uma situação de violência. Concluímos que as reivindicações apresentadas realizadas pelo movimento feminista aqui estudado podem ser sintetizadas tanto pelo desejo de quebrar paradigmas acerca do que é ser uma mulher, quanto pelo desejo por respeito. Conforme pronunciou por meio de megafone na marcha realizada em 2011 em Salvador:

O que é ser mulher? Um amontoado de definições? Gostosa, bonita, sexy, vaidosa, feia, frágil? Um amontoado de funções? Transar, lavar, passar, educar, trabalhar? Não. Nenhuma dessas palavras alcança a amplitude do que carregamos. E muito menos as nossas roupas. Elas somente cobrem o nosso físico. Não dizem do nosso íntimo e nem dizem do nosso desejo. Desejo sim, nós temos muitos. E aqui viemos para falar do maior e mais urgente deles: respeito. As mulheres querem respeito. (Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pcal_w1qGZc. Acesso em 28 de janeiro de 2016).

O questionamento sobre o que é ser mulher em meio aos atos de defesa dos direitos dessa categoria social, nos remete aos conceitos de iterabilidade e de citacionalidade do filósofo francês Jacques Derrida (1991), apresentados no segundo capítulo deste estudo. Pois seria na dinâmica de repetições do termo mulheres que a iterabilidade realiza aquilo que Derrida denominou de força de ruptura. E, assim, quando as feministas apresentam nos recursos multissemióticos questionamentos em relação aos significados do que é ser mulher em nossa sociedade, existe a possibilidade de rompimento de valores e de crenças que compõem a memória presente sobre as mulheres.

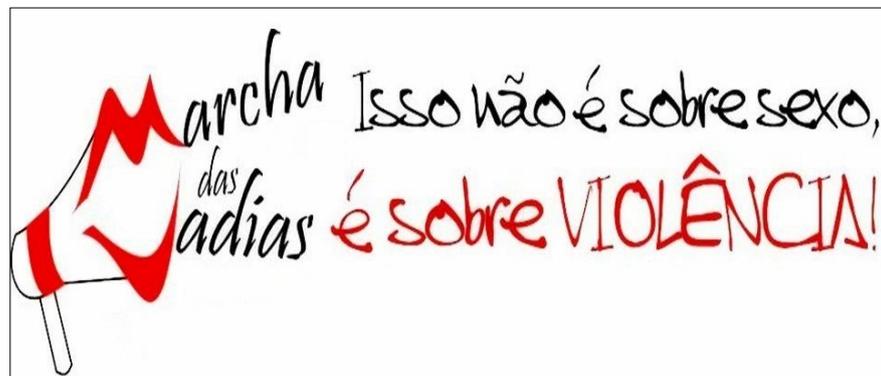
O significado do termo mulher depende do contexto de fala, pois é um signo impregnado por marcas sociais sem as quais não consegue funcionar na sociedade. A continuidade de uma marca depende para o seu funcionamento, de sua repetição-diferença. A cada citação do termo mulher, em cada contexto, em cada tempo são evocadas memórias sobre as regulações sociais que a definiram em sua historicidade. Podendo, a cada repetição engendrar uma série de novos significados permitindo mudanças no binômio signo/significado mulher/feminino.

3.3 Marchas das Vadias Porto Velho/RO

A Marcha das Vadias em Porto Velho foi realizada pela primeira vez em 3 de agosto de 2013 e pela segunda vez em 29 de junho de 2014. Ambas contam com registros na comunidade no Facebook denominada *Marcha das Vadias Porto Velho*. Em 2015, apesar de não ter sido realizada Marcha das Vadias na cidade, a comunidade foi atualizada com publicações com temas de interesse de grupos feministas. Na Tabela 4 do Anexo 2 consolidamos as informações da coleta de dados referentes às marchas realizadas em Porto Velho.

Os temas constantes nas Marchas das Vadias realizadas na capital de Rondônia são: violência contra a mulher e machismo. A seguir, destacamos duas imagens representativas desses temas abordados nos dois anos de marcha realizadas, nesta cidade, e compartilhadas em sítios eletrônicos.

Figura 10 – Violência contra a mulher – Porto Velho/RO – 2014



Disponível: <https://www.facebook.com/MarchadasVadiasPortoVelho/photos/pb.667388923313658.-2207520000.1454004531./667403939978823/?type=3&theater>. Acesso em 23 de janeiro de 2016.

Figura 11 – Machismo – Porto Velho/RO – 2014



Disponível

<https://www.facebook.com/MarchadasVadiasPortoVelho/photos/a.764396090279607.1073741828.667388923313658/766967760022440/?type=3&theater>. Acesso em 23 de janeiro de 2016.

Ao observarmos publicações na comunidade no Facebook, verificamos forte preocupação com o compartilhamento de explicações relativas à escolha do nome do movimento. As reivindicações estão muito centradas no combate à violência contra a mulher e ao machismo, pois consideram outros temas – como diferenças entre classes sociais, racismo e liberdade sexual - como incluídos nessas duas grandes temáticas, que põe homens brancos heterossexuais de classe média ou alta no topo da sociedade e todas as demais categorias abaixo desta, numa escala de submissão social tais como: pobres, mulheres, prostitutas, lésbicas, gays, pessoas negras, indígenas, travestis, entre outras. Isso representa um obstáculo para a garantia de liberdade e de autonomia desses corpos.

Assim como as demais marchas realizadas no país, a Marcha das Vadias de Porto Velho é apartidária. Contudo, nas duas edições convidaram, por meio da comunidade no Facebook, partidos, sindicatos, coletivos e organizações a levarem suas pautas e elaborarem seus cartazes, pinturas e demais intervenções ativistas em parceria com as organizadoras do movimento. Convidaram, também, pessoas a desconstruírem conceitos como vadia, puta, vagabunda e biscate que integram uma lista de alcunhas machistas e misóginas relacionadas à sexualidade da mulher. Como se a mulher sensualmente ativa e dona do próprio corpo, seja algo negativo.

O caráter didático das explicações sobre o movimento e os motivos que levaram este a ser denominado de Marcha das Vadias também estão refletidos na arte de divulgação virtual cuja imagem está reproduzida na Figura 10. “Isso não é sobre sexo, é sobre violência” pode ser interpretado que a luta é pela garantia da saúde física e emocional das mulheres. Esta mesma palavra de ordem está retratada na Figura 19 (Marcha das Vadias de Curitiba). Talvez a necessidade das explicações seja o incômodo social causado pelo termo vadia quando este se refere às feministas em luta. No sítio eletrônico, *Blogueiras Feministas*, a historiadora Glaucia Faccaro⁷ declara que com a repercussão da primeira Marcha, o nome do movimento chamou a atenção de diferentes grupos sociais que começaram a questionar se a ação era uma valorização da prostituição ao utilizar-se de um termo usualmente empregado na agressão às mulheres. E, dessa forma, a Marcha das Vadias com seu nome, palavras de ordem e performances representaram algo perturbador à mesma medida que as críticas recebidas também foram perturbadoras para as vadias. O perturbador nas Marchas das Vadias é aquilo que desestabiliza a lógica normativa reguladora de comportamentos tais como uma suposta coerência entre ser mulher, ser feminina, ter vagina, ter decoro, ter desejo por vivenciar a maternidade e ter aparência delicada.

A Figura 11, um recurso virtual de divulgação da Marcha realizada em 2014 na cidade de Porto velho, dialoga conceitualmente com a Figura 10, uma vez que a luta preconizada pelo movimento não é por sexo, mas por respeito que perpassa pela igualdade nos âmbitos culturais e jurídicos. Para alcançar tal feito, as ativistas acreditam numa possível revolução por meio da desconstrução de crenças e de valores perpassados de geração em geração empregando de forma irreverente o termo vadia. A citação de um termo usualmente empregado para ofender mulheres, dá ao movimento um caráter subversivo num país que mantém altos índices de violência contra a mulher.

O conteúdo da Figura 10 desloca a luta por uma reivindicação por sexo, para o combate à violência. Esse conteúdo também desloca o conceito de ser vadia, usualmente empregado para designar mulheres com comportamentos julgados negativamente pela sociedade, para a ideia de liberdade. Os termos sexo e vadia ao serem repetidos num contexto de movimento social de cunho feminista rompem com a barreira existente entre a

⁷ Fonte: <http://blogueirasfeministas.com/2011/10/vadias-feministas/>. Disponível em 23 de novembro de 2015.

normatividade impetrada pela heteronormatividade, calcada em valores machistas, e a diversidade social de corpos performativados socialmente.

3.4 Marchas das Vadias Goiânia/GO

A primeira Marcha das Vadias ocorreu em 14 de julho de 2011, a segunda em 7 de julho de 2012, a terceira em 9 de março de 2013, a quarta em 20 de dezembro de 2014 e a quinta em 8 de agosto de 2015. As Marchas das Vadias da capital de Goiás contam com comunidade aberta no Facebook denominada *Marcha das Vadias Goiás* e com grupo de acesso público com o mesmo nome. Também estão registradas em vídeos publicados no Youtube.

Destacamos como diferenciais a troca do nome de Marcha das Vadias pelo nome de Marcha das Libertas em 2014 e a realização de um ensaio de precursão um dia antes de realização da marcha de 2015. Ao analisarmos os recursos disponíveis na internet destas marchas, constatamos que os temas mais repetidos nas manifestações são: violência contra a mulher, machismo, liberdade sexual e racismo. A seguir apresentamos quatro imagens representativas desses temas abordados nos cinco anos de marchas realizadas nas ruas da cidade e compartilhadas em sítios eletrônicos.

Figura 12 – Violência contra a mulher – Goiânia/GO – 2013



Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=ihHYyARi1eU>. Acesso em 23 de janeiro de 2016.

Figura 13 – Machismo – Goiânia/GO – 2014



Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=3xOLMmGpRR0>. Acesso em 23 de janeiro de 2016.

Figura 14 – Liberdade sexual – Goiânia/GO – 2015



Disponível em: <https://www.facebook.com/marchadasvadiasgoias/photos/pb.358466004226587.-2207520000.1454373208./895815260491656/?type=3&theater>. Acesso em 24 de janeiro de 2016.

Figura 15 – Racismo - Goiânia/GO – 2014



Disponível em:

<https://www.facebook.com/marchadasvadiasgoias/photos/a.770275743045609.1073741828.358466004226587/770282793044904/?type=3&theater>. Acesso em 24 de janeiro de 2016.

A Figura 12 é uma fotografia da marcha realizada em 2013 na qual está retratada uma faixa que preconiza o fim da violência e da opressão, assim como, requer salários iguais para homens e mulheres em funções iguais no mercado de trabalho. A faixa é carregada por homens, o que nos remete a uma das características observadas nas Marchas das Vadias, muitos homens de diferentes idades participam da manifestação. Adicionalmente, ressaltamos que devido ao alto índice de feminicídio, as ativistas de Goiânia têm focado com veemência na necessidade do combate à violência contra as mulheres em todas as marchas realizadas na cidade. Em 2015, a marcha ocorreu em 8 de agosto, data comemorativa do aniversário da Lei Maria da Penha, Lei 11.340/2006 e a razão da escolha da data foi explicada na comunidade do Facebook. As pessoas foram convidadas a lutarem também pela regulação da prostituição enquanto categoria profissional, para ampliação do debate sobre

gênero e sexualidade e raça nas escolas.

A Figura 13 é a imagem de uma faixa apresentada na marcha realizada em 2014, quando o movimento foi divulgado como Marcha das Vadias, mas com um diferencial goiano, conforme verificamos no trecho do depoimento de uma das ativistas durante a manifestação:

Essa marcha está saindo da linha que vem sendo traçada no Brasil e fora do Brasil para este mesmo movimento. Nós continuamos sendo vadias, mas nós somos mais que vadias. A gente vai ser o que quiser. Então, Goiás, na contramão do Brasil, decidiu se apropriar da Marcha das Vadias e fazer com que ela atenda as suas especificidades. E é isso que estamos fazendo aqui. Congregando diferentes feminismos e trazendo para o debate as mulheres trabalhadoras, as mulheres camponesas, as mulheres negras, as gays, as trans. Feminismo é pluralidade. Se a gente não entender isso e não partir desse pressuposto de que essa opressão é sobre o feminino, a gente não vai conseguir avançar.

Com base na declaração, observamos que a troca do nome parece ser para as feministas locais um ato de ampliação das reivindicações, apesar do combate ao racismo e da luta pela liberdade sexual fazerem parte da pauta de outras Marchas das Vadias no país. A troca de vadias por libertas nos remete ao que já foi mencionado neste estudo sobre o incômodo social que o primeiro termo causa nas pessoas. A nova nomenclatura talvez tenha sido considerada mais atrativa para a diversidade que o movimento deseja englobar na luta feminista, pois, no depoimento, é declarado: “Nós continuamos sendo vadias, mas nós somos mais que vadias”.

Na Figura 14 temos a reprodução de uma foto tirada da marcha realizada em 2015, na qual verificamos a presença de uma bandeira que é símbolo da luta das lésbicas, dos gays, dos travestis e dos transexuais. Também observamos o uso de instrumento de percussão durante a marcha, aliás, o que é uma marca do movimento em outras cidades como em Salvador e em Curitiba. Um modelo de manifestação com performances e batucadas com garrafas plásticas, vasilhas e baldes como tambores e, adicionalmente, instrumentos de percussão realizando uma batucada feminista, foi proposto pela Marcha Mundial das Mulheres em 2003 quando criaram no país o grupo *Batucada Feminista*. Grupo formado por feministas anticapitalistas e antirracistas. Somam-se às ações na luta contra o racismo, o cartaz levantado por um jovem negro retratado na Figura 15.

A articulação entre etnia e feminismo nos reporta a Donna Haraway (1995, p. 16), quando a filósofa feminista argumenta que todo e qualquer conhecimento tecnológico ou

científico é uma construção social; sendo, portanto, uma elaboração parcial sob o ponto de vista de seu desenvolvedor. A autora segue afirmando que necessitamos do poder das “teorias críticas modernas sobre como os significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham possibilidade de futuro.”. O ser mulher ou o ser homem não são características que não estejam relacionadas à classe e à raça. Ao contrário, sendo uma construção social, todas as disputas, tensões, crenças, valores e diversos outros aspectos inerentes às relações sociais estão diretamente atrelados à constituição subjetiva de corpos sexuais.

Segundo a feminista americana bell hooks⁸ (2013, p. 148), para a construção de um feminismo inclusivo é necessário que negras e brancas explorem oportunidades de contato além das emoções de fúria e de hostilidade, que constantemente afloram nos debates. É necessário o desenvolvimento de capacidade “para criar um espaço produtivo para o diálogo crítico de dissidência ao mesmo tempo em que expressam emoções intensas”. A autora complementa afirmando a importância de negras e brancas não abandonarem umas às outras. Ao contrário, produção de “trabalhos escritos e testemunhos orais que documentem as maneiras pelas quais as barreiras são derrubadas, as coalizões se formam e a solidariedade é partilhada” (op. cit. p. 148) Esses trabalhos podem ser desenvolvidos por mulheres de qualquer cor, com qualquer desejo sexual e de qualquer origem de classe. O importante é a criação de um ambiente no qual possamos estabelecer “diálogos críticos e abertos” (op. cit. p.149).

O estudo das articulações de identidades performativas de gêneros atrelados à etnia, à classe social, à religião e a outros aspectos culturais permite a compreensão de mecanismos de opressão cujo rompimento é necessário para o empoderamento das mulheres em suas diversidades, assim como para a compreensão de mecanismos de agência empregados por ativistas feministas que lutam na defesa de uma sociedade com relações interpessoais menos conflituosas. Uma das autoras que se destacam neste estudo é a feminista indiana Avtar Brah, que, com uma abordagem construcionista, aborda questões relacionadas à identidade social “através de categorias de diferenciação e de sistemas de discriminação, entre diferença e desigualdade” (PISCITELLI, 2008, p. 268). Nessa abordagem, Piscitelli acrescenta que “os marcadores de identidade, como gênero, classe ou etnicidade não aparecem apenas como

⁸ Para marcar sua posição de mulher negra homossexual, a feminista americana assina o seu nome com letras minúsculas.

formas de categorização exclusivamente limitantes. Eles oferecem, simultaneamente, recursos que possibilitam a ação”. (PISCITELLI, 2008, p .268). Assim, as categorias sociais são compreendidas como integradas existindo cada uma em si mesma articulando-se à(s) outra(s).

As Marchas das Vadias de Goiás demonstram em seus recursos multissemióticos o desejo e a luta pelas articulações entre classe social, etnia e performatividade de gênero, integrando, assim, nas bandeiras do movimento, diversas marcas sociais visando ao estabelecimento de um diálogo entre os diferentes.

3.5 Marchas das Vadias Curitiba/ PR

A primeira ocorreu em 16 de julho de 2011, a segunda em 14 de julho de 2012, a terceira em 13 de julho de 2013, a quarta em 5 de julho de 2014 e a quinta em 4 de julho de 2015. As Marchas das Vadias da capital de Curitiba contam com comunidade aberta no Facebook denominada *Marcha das Vadias Curitiba* e com dois grupos de acesso restrito denominados *Marcha das Vadias Curitiba* e *Pintura Corporal – Marcha das Vadias*. As marchas também estão registradas em vídeos publicados no Youtube. Com base nos dados organizados na Tabela 5, destacamos como diferenciais a realização das marchas anualmente, sempre no mês de julho, a realização de um evento pós-marcha em 2013 com o objetivo de avaliar a manifestação e a publicação online de um jornal informativo sobre o movimento. Verificamos, também, que os temas mais constantes são: violência contra a mulher, machismo, liberdade sexual, direito ao corpo, machismo, acesso ao aborto legal e transfobia. A seguir destacamos sete imagens representativas desses temas abordados nos cinco anos de marchas realizadas nas ruas da cidade e compartilhadas em sítios eletrônicos.

Figura 16 – Machismo – Curitiba/PR - 2012



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4dBr-DWY-wg>. Acesso em 4 de fevereiro de 2016.

Figura 17– Violência contra a mulher – Curitiba/PR - 2015



Disponível em:
<https://www.facebook.com/124764304276481/photos/a.270131969739713.66016.124764304276481/879655862120651/?type=3&theater>. Acesso em 4 de fevereiro de 2016.

Figura 18 – Liberdade sexual – Curitiba/PR – 2014



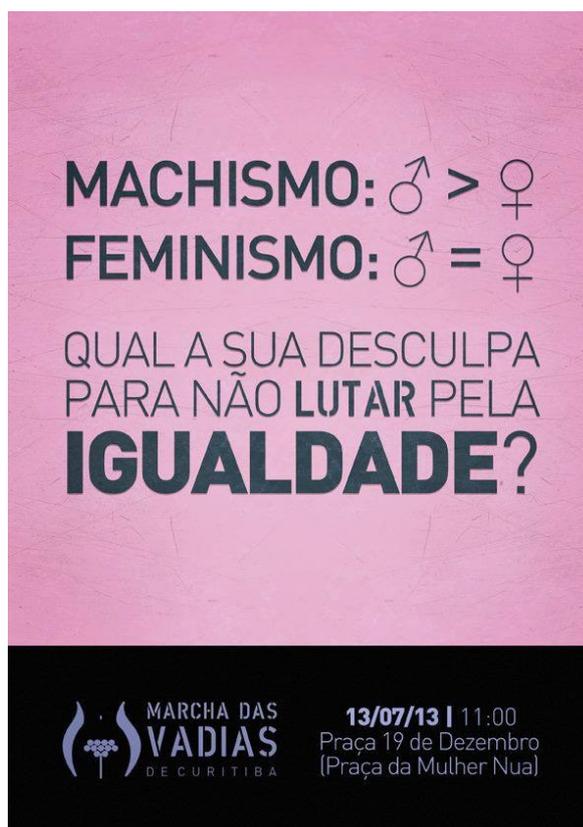
Disponível em: <https://www.facebook.com/124764304276481/photos/pb.124764304276481.-2207520000.1454615579./697556176997288/?type=3&theater>. Acesso em 4 de fevereiro de 2016.

Figura 19 – Direito ao corpo - Curitiba/PR – 2012



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cspVzGUSi5M>. Acesso em 4 de fevereiro de 2016.

Figura 20 – Machismo –Curitiba/PR – 2013



Disponível em: <https://www.facebook.com/124764304276481/photos/pb.124764304276481.-2207520000.1454617644./474362692649972/?type=3&theater>. Acesso em 4 de fevereiro de 2016.

Figura 21 – Acesso ao aborto legal - Curitiba/PR – 2012



Disponível em: <https://www.facebook.com/124764304276481/photos/pb.124764304276481.-2207520000.1454617982./356566851096224/?type=3&theater>. Acesso em 04 de fevereiro de 2016.

Figura 22 – Transfobia - Curitiba/PR – 2012



Disponível em: <https://www.facebook.com/124764304276481/photos/pb.124764304276481.-2207520000.1454619557./865126173573620/?type=3&theater>. Acesso em 04 de fevereiro de 2016.

A Figura 16 é uma foto divulgada pela Marcha das Vadias 2015 da cidade de Curitiba na qual uma das ativistas usa o seu corpo como uma página de jornal cuja manchete é: “Eu não posso salvar todas” e o corpo da matéria é o nome seguido da idade de mulheres vítimas de violência. Na comunidade do Facebook, a manchete é complementada com o texto: “não podemos salvar todas, mas podemos começar por nós mesmos. Nos fortalecendo e ajudando as outras”⁹. A cultura machista prega que as mulheres são rivais, mas no feminismo podemos

⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/124764304276481/photos/a.270131969739713.66016.124764304276481/879655862120651>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

ser irmãs de luta e não perpetuar rivalidades.

Na Figura 17, nesse cenário de luta, temos um cartaz pirulito com o pedido de respeito, de amor e de proteção que dialoga com a palavra de ordem impetrada no cartaz que aparece na Figura 19 com os dizeres: “Isso não é sobre sexo, é sobre violência”. Num jornal informativo online do movimento, publicado em 2013, as ativistas apresentam como razões para os altos índices de violência contra as mulheres, o patriarcado. Este criaria inúmeras formas de opressão, de exclusão e de violência, tornando as mulheres reféns de comportamentos opressores reproduzidos diariamente. Essa reprodução nos remete ao que o sociólogo Maurice Halbwachs (2004) nos diz sobre uma memória socialmente construída no processo interativo mediado pela linguagem compartilhada entre sujeitos sociais. A pessoa que lembra e esquece é um ser social integrado a grupos sociais, que pode ser representado pela família, pela religião, pela classe social. Somam-se a esses grupos coletivos feministas que utilizam diversas possibilidades de produção de recursos multissemióticos para trazerem para a lembrança os valores e as crenças sociais que alicerçam ações de violência, de opressão e de exclusão. Lutam, dessa forma, por romper com a memória coletiva sobre o que é ser mulher alicerçada no que Judith Butler (2013) denominou de matriz de inteligibilidade heteronormativa.

Em marcha anual pelas ruas de Curitiba e com publicações periódicas em redes sociais, as feministas planejam, dessa forma, por desconstruir o machismo que critica a sexualidade feminina e condena o seu livre exercício. E que paralelamente reforça a sexualização de jovens a serviço do prazer masculino. Frequentemente são expostos em mídia televisiva e impressa corpos femininos em conformidade com um padrão determinado de beleza, valorizando corpos de mulheres como se elas fossem donas de seus corpos. Quando, na verdade, não são. Pois, se expressarem e se vivenciarem seus desejos, serão julgadas e chamadas de vadias. As feministas de Curitiba ressaltam ainda nas redes sociais o machismo como sendo seguido do racismo, criando um conceito socialmente compartilhado de que as pessoas não brancas e não heterossexuais são inferiores. Nesse contexto, a Figura 20, uma reprodução de arte virtual defensora do feminismo como a luta pela igualdade de gêneros. A luta pela igualdade é compreendida não apenas como uma luta de combate à violência contra a mulher, mas, também, como o combate a violência contra homens não enquadrados na matriz de inteligibilidade heteronormativa. Homens que não ostentam características supostamente adequadas a esta categoria social.

Na Figura 21, consta um cartaz levantado por um jovem durante a marcha realizada em 2012, com dados estatísticos relativos ao aborto no país. Esta reivindicação justifica-se

devido aos altos índices de interrupção voluntária da gravidez de forma clandestina e ilegal realizados no Brasil, o que coloca a saúde de mulheres em risco diariamente. Em agosto de 2015, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou pela primeira vez uma pesquisa reveladora dos números de abortos provocados no Brasil: um milhão e sessenta e oito mil mulheres com idades entre 18 e 49 anos já tiveram algum aborto provocado. Não foi perguntado na pesquisa em quais condições o procedimento foi realizado, mas mesmo assim o instituto pondera que este número seja uma subnotificação, pois muitas mulheres talvez não relatem suas experiências em relação ao tema, devido à provável ilegalidade da maior parte dos procedimentos realizados. Apesar de o procedimento ser tipificado como crime de atentado à vida humana no Código Penal brasileiro em vigor desde 1984, com penalidade de um a três anos de detenção para quem o realiza, o procedimento segue sendo praticado no país. Também está prevista a penalidade de um a quatro anos para quem submeter mulher grávida ao aborto sem o prévio consentimento dela.

A Figura 22 é a fotografia de três cartazes que abordam os ideais de revolução, sabotagem ao Estado e o conceito “radical de que mulheres são gente”. São cartazes escritos à mão indicando pessoalidade às reivindicações. O quarto cartaz aborda a temática: transfeminicídio que se soma à Figura 18 para a abordagem de uma questão social e urgente a ser tratada em nosso país: respeito aos transexuais e aos travestis. Os corpos trans nas sociedades heteronormativas cuja sexualidade é regulada pela lógica dicotômica – mulheres/homens são considerados patológicos e colocados à margem da sociedade. De acordo com a Doutora em Sociologia, Berenice Bento (2014), dados da Organização não-governamental *Internacional Transgender Brasil Europe* o Brasil é país com o maior índice de assassinato de pessoas trans do mundo. A Organização estima que 486 mortes ocorreram entre 2008 e 2013 motivadas por nojo e repulsa aos corpos trans.

3.6 Marchas das Vadias no Brasil – consolidado

No Brasil, o nome do movimento foi traduzido para Marcha das Vadias e vem sendo realizado em diversas cidades desde 2011. Verificamos na análise dos recursos multissemióticos disponíveis em sítios eletrônicos das marchas realizadas em Vitória/ES, em Salvador/BA, em Porto Velho/RO, em Goiânia/GO e em Curitiba/PR que os temas mais defendidos são: combate à violência contra a mulher, combate ao machismo, liberdade sexual, direito ao corpo e acesso ao aborto legal. Temas também defendidos, mas que aparecem em menor quantidade em recursos multissemióticos disponíveis na internet são: o

combate aos estereótipos de beleza feminina, o combate ao racismo, o enfrentamento ao transfeminicídio e a legalização da prostituição como profissão.

Ao pensar feminismos por mobilizações de gerações, Gomes e Sorj (2014) afirmam que as gerações anteriores dos movimentos lutavam pela autonomia do corpo, pelo planejamento familiar e pela saúde da mulher. Para as ativistas das Marchas das Vadias a reivindicação requerida ao corpo extrapola o controle da reprodução e da saúde do corpo “e passa a se referir principalmente a um modo de experimentação do corpo que, embora não prescindia de transformações na política, na cultura e nas relações interpessoais, é vivenciado como subjetivo”. Com isso, existe ampla integração de ativistas no movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTT) às Marchas das Vadias.

Soma-se à participação de ativistas LGBTT, a significativa presença de homens nas Marchas das Vadias expressando abertamente adesão às causas feministas, seja levando cartazes, seja palavras de ordem pintadas no corpo, seja com a participação em performances. Gomes e Sorj (2014, p.438) destacam também a participação masculina como uma ruptura com feminismos de outras gerações. “O sujeito político do feminismo aparece mais diversificado e não se define exclusivamente pela identidade sexual ou biológica da mulher”.

A presença de pessoas com diferentes performances de gênero nas Marchas das Vadias lutando unidas não apenas por pautas já conhecidas por grupos feministas de outras gerações como o direito ao corpo, a legalização do aborto, o fim da violência de gênero e a saúde da mulher, mas pelo direito de experimentação corpórea subjetiva que extrapola a matriz de inteligibilidade heteronormativa. São requeridas liberdades amplas de vivência dos corpos, de suas formas de expressão e de possibilidades de amar e de desejar. Nesse contexto, a sensualidade e vastas formas de expressá-la e de vivê-la são comemoradas nas marchas.

Quando foi pronunciada na Marcha das Vadias realizada em Salvador em 2012, a palavra de ordem: “Se o corpo é da mulher? Ela dá pra quem quiser. O corpo é da mulher. Ela dá pra quem quiser¹⁰.”, as ativistas não estavam apenas falando sobre liberdade sexual, mas sobre a necessidade imanente de respeito e de liberdade. Utilizam-se da força de ruptura dos signos/significados para descolocarem conceitos estabelecidos socialmente em relação ao comportamento de corpos sexuados classificados socialmente como femininos. Durante esta manifestação, são declarados diversos momentos em que as mulheres são consideradas

¹⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DribssmgG>-Acesso em 16 de fevereiro de 2016.

vadias. Por exemplo: se a mulher chega em casa tarde da noite, é considerada vadia. Se uma mulher vivencia livremente sua sexualidade, é considerada vadia.

O combate ao racismo apareceu nos registros digitais de marchas realizadas em Vitória/ES, em Salvador/BA, em Goiás/GO e em Curitiba/PR relativos ao excesso de sexualização e a sensualização das mulheres negras que são apresentadas na mídia, como por exemplo: as negras globelezas. Também aparece racismo na reivindicação pelo fim dos estereótipos de beleza no que concerne ao cabelo, que quando crespos podem receber diversas denominações preconceituosas como “ruim”. A união de negras e de brancas nas Marchas das Vadias não é pacífica em todo território nacional. Gomes e Sorj (2014) destacam que algumas mulheres negras ativistas criticam a pretensão da Marcha das Vadias – movimento feminista de maioria branca, com vínculo universitário e de classe média – a incorporar em suas pautas questões importantes para as negras. Criticam mulheres como categoria universal e afirmam uma política de diferença. Concomitantemente, mulheres negras integrantes das Marchas das Vadias acreditam no feminismo inclusivo e na capacidade de representação do grupo. Gomes e Sorj (2014, p. 443) consideram dessa forma que as identidades circulam num “duplo movimento: ao construir divisões, opondo as ‘mulheres brancas’ as ‘mulheres negras’, promove também aproximações, na medida em que essa oposição é contestada por mulheres negras que se sentem representadas pela Marcha das Vadias”.

Segundo o sociólogo jamaicano Stuart Hall (2002), as práticas de significação identitária são marcadas pelas diferenças. Mulheres, homens, mulheres transexuais, homens transexuais, travestis e quaisquer outras denominações relativas ao gênero, à sexualidade, à prática sexual ou ao desejo são marcadores de identidade social, que na contemporaneidade parece *flutuar livremente* (HALL, 2002, p.74) pelos processos de (re)constituição realizados no cerne de processos de comunicação. Nesse prisma, a linguagem influencia o sujeito e por ela é influenciada, numa dinâmica cíclica de constituição de si ocorrida no processo de inteligibilidade do “eu” com o “nós” e com os “outros”.

Hall (2002, p. 13) destaca que “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor e um *eu* coerente”. Esta colocação, emitida pelo teórico cultural e sociólogo jamaicano, dialoga com as ideias da filósofa americana pós-estruturalista, Judith Butler (2013, p. 40), quando esta postula que a construção discursiva do sexo e do gênero é um truque performativo da linguagem, “que oculta o fato de que ser um sexo ou um gênero é fundamentalmente impossível”.

Estes conceitos articulados sobre configurações de identidades parecem ser chaves para a compreensão das Marchas das Vadias como um movimento social que não anula

diferenças, mas que integra diferentes sujeitos em torno de pautas sociais, culturais e políticas comuns. Adiciona-se ainda que para Castells (1999) a constituição das identidades sociais não está mais apenas atrelada às sociedades civis, mas também à sociedade em rede, que para além das fronteiras geográficas, integra sujeitos num mesmo tempo.

Os sujeitos sociais não escolhem ou controlam as subjetivações individuais no processo de constituição das identidades. Na repetição mulher/feminino e na repetição homem/masculino os sujeitos são subjetivados por meio da imitação de formas linguísticas convencionais que ultrapassam o contexto presente. O doutor em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rodrigo Borba, explica que:

É na dinâmica das repetições que a iterabilidade produz o que Derrida denomina de *force de rupture*: ao serem retirados de um contexto e repetidos em outro os signos linguísticos carregam consigo traços do contexto anterior e os expõem ao novo contexto produzindo assim ruptura e continuidade simultâneas. A possibilidade de mudança está nesse processo de sair de um e ir para outro contexto: já que repetir nunca é simplesmente copiar tal e qual, temos aí possibilidades de repetições subversivas. É do encontro de Butler com a preocupação derridiana com repetições e suas forças de ruptura que se vai do performativo à performatividade (BORBA, 2015, p. 465).

É na possibilidade de força de ruptura da performatividade de gênero que existem as oportunidades das memórias esquecidas, pelas marcas regulatórias da matriz de inteligibilidade heteronormativas, emergirem para o debate social. E, assim, ao emergirem para o centro do debate social memórias subterrâneas de que ser de um sexo e de um gênero são subjetivações corpóreas atreladas ao acesso do corpo por meio da linguagem, se constrói a memória coletiva sobre o que é ser mulher e dos significados relacionados a esta categoria.

A seguir, nas (in) conclusões, discutimos possibilidades de atualização da memória coletiva sobre o ser mulher – na qualidade de categoria social – por meio mobilização feminista via redes sociais, utilizando como parâmetro as análises dos recursos multissemióticos das Marchas das Vadias aqui realizadas.

(IN) CONCLUSÕES

Neste estudo, investigamos possibilidades de atualização da memória coletiva sobre o ser mulher – na qualidade de categoria social – por meio mobilização feminista via redes sociais, utilizando como parâmetro os recursos multissemióticos das Marchas das Vadias. Norteamos a pesquisa com foco em duas questões que vamos discorrer nessas (in) conclusões com base em fundamentações teóricas apresentadas e análises realizadas.

O questionamento sobre o que é ser mulher em meio aos atos de defesa dos direitos dessa categoria social, nos remete aos conceitos de iterabilidade e de citacionalidade do filósofo francês Jacques Derrida, apresentados no segundo capítulo deste estudo. Pois seria na dinâmica de repetições do termo mulheres que a iterabilidade realiza aquilo que Derrida denominou de força de ruptura. E, assim, quando as feministas apresentam nos recursos multissemióticos questionamentos em relação aos significados do que é ser mulher em nossa sociedade, existe a possibilidade de rompimento de valores e de crenças que compõem a memória presente sobre as mulheres.

Destacamos que as (in) conclusões decorrem das impressões e das leituras fundamentadas no arcabouço teórico utilizado nesta investigação, bem como das análises dos dados gerados, que nos levaram a identificar uma pauta de reivindicações das Marchas das Vadias ampla e vinculada aos direitos humanos. Não se luta por mulheres, exclusivamente na qualidade de categoria social; luta-se, acima de tudo, em prol dos seres humanos. Existem muitos outros olhares e interpretações possíveis. Estas são as nossas até o presente momento.

Quais configurações sobre o ser mulher, na qualidade de categoria social, aparecem nos recursos multissemióticos das Marchas das Vadias?

O que é compreendido por mulher, na qualidade de categoria social, depende do contexto de fala, visto que o termo é um signo impregnado por marcas sociais sem as quais não consegue funcionar na sociedade. A continuidade de uma marca depende para o seu funcionamento, de sua repetição-diferença. Cada questionamento sobre o que é ser mulher, em diferentes situações, em diferentes tempos, pode evocar memórias sobre as regulações sociais que definiram em sua historicidade as crenças e os valores atrelados a esta categoria social. É possível, a cada repetição, engendrar uma série de novos significados permitindo mudanças no binômio signo/significado entre mulher e feminino.

Ao investigarmos palavras de ordem, pronunciamentos, depoimentos e imagens

percebemos que as ações das ativistas das Marchas das Vadias visam à revolução do conceito da categoria social mulher. Elas consideram que as mulheres nas sociedades machistas, como é percebida a sociedade brasileira, são julgadas e avaliadas em função do seu corpo, do seu desejo, de sua sensualidade, de sua sexualidade e de quaisquer outras apropriações de si mesmo como pessoa. Em diversos recursos multissemióticos estudados, são lembrados os riscos de morte enfrentados por mulheres numa sociedade machista devido a:

- julgamentos frente aos seus comportamentos;
- julgamentos frente a suas indumentárias;
- falta de respeito quando estas negam um beijo ou quaisquer outros atos sexuais;
- ilegalidade do aborto que leva muitas mulheres à realização da interrupção da gravidez em clínicas clandestinas ou até mesmo em procedimentos domésticos e
- por repúdio às lésbicas, aos gays e aos corpos trans.

Para romper com o machismo, as ativistas contam com a divulgação de dados estatísticos de violência e com o empoderamento da categoria social mulher por meio de linguagem verbal, escrita e corporal. E, também, por meio de redes de apoio virtuais em que as mulheres podem identificar-se com relatos e entrar em contato com as ativistas por mensagens virtuais. Nesse contexto, compreendemos que a possibilidade de força de ruptura da performatividade de gênero conforme a coerência esperada heteronormativa é possível devido à possibilidade de novos significados serem atrelados à categoria social, mulher.

Os discursos de liberdade sexual e de combate à violência, ao ganharem uma dimensão para além dos panfletos e quaisquer outras mídias impressas, ampliam o alcance das reivindicações dos movimentos organizados em rede, de forma única proporcionada em movimentos realizados por outras gerações de feministas. Essa amplitude pode, com passar do tempo, contribuir-se o movimento for compartilhado e criado localmente numa dinâmica constante de ampliação e de reformulação das demandas – de forma decisiva para a compreensão de que mulheres é um termo plural. Este grupo social pode ser dividido em diversos outros grupos atrelando-se classe social, etnia, nacionalidade e características físicas e biológicas.

Atrela-se essa possibilidade o pressuposto teórico que apresentamos no início da pesquisa no que concerne à viabilidade de emersão de memórias esquecidas na constituição das marcas regulatórias da matriz de inteligibilidade heteronormativas emergirem para o debate social por meio dos debates desencadeados pelo feminismo. Para tal, o próprio sujeito

do feminismo está sendo questionado e alterado em algumas manifestações contemporâneas como nas Marchas das Vadias, que integram corpos trans e homens em suas manifestações. Embora a participação masculina seja menor que a participação feminina, a existência dessa categoria social no movimento já representa uma ruptura com feminismos de outra geração segundo Gomes e Sorj (2014).

Quais memórias coletivas sobre o ser mulher estão em ação por meio desses recursos?

As palavras de ordem, os pronunciamentos, os depoimentos e as imagens das Marchas das Vadias tentam romper com a memória coletiva sobre o ser mulher majoritária na sociedade e alicerçada na heterossexualidade que coloca em escala de superioridade homens brancos e heterossexuais frente aos demais sujeitos sociais. Estão em ação nesses recursos memórias subterrâneas que foram silenciadas por anos de machismo, mas não foram apagadas ou esquecidas por mulheres ativistas lutadoras pelos direitos de sua categoria social.

Somos socialmente induzidos por uma série de produções culturais, sociais e políticas a atrelar as mulheres a: feminilidade; beleza; delicadeza; força; maternidade e decoro. Também somos induzidos a acreditar nisso pelas pessoas com as quais convivemos. Nossa memória sobre o que é ser mulher é auxiliada pela memória de outros integrantes de grupos sociais dos quais fazemos parte. Numa rápida pesquisa em redes sociais, podemos verificar uma série de publicações de fotos de meninas pequenas com comentários que as qualificam como bonecas ou princesas. Em fotos de meninos pequenos constamos uma série de comentários que os qualificam como super-heróis e namoradeiros. Com este comportamento, nutrem-se crenças e valores atrelados fundamentalmente a preceitos religiosos, em especial ao cristianismo.

Nossas lembranças, para Halbwachs (2004), são evocadas na sociedade por intermédio de nossos grupos sociais, que nos oferecem instrumentos para as reconstruirmos. Ao pensarmos no termo mulher nos são recordados uma série de qualidades e características atreladas aos marcos sociais – espaciais e temporais – dos quais fazemos parte. Nossa memória sendo, assim, artificialmente construída com embasamento coletivo, permite que características culturais sejam percebidas como naturais ou biológicas. As ativistas, por meio dos recursos multissemióticos, oferecem à sociedade possibilidades de rompimento com esses padrões. E o ambiente democrático é essencial para o debate, o questionamento e o processo temporal necessário para as mudanças requeridas.

Diante do exposto até aqui, ao investigarmos possibilidades de atualização da memória

coletiva sobre o ser mulher – na qualidade de categoria social – por meio mobilização feminista via redes sociais, utilizando como parâmetro os recursos multissemióticos das Marchas das Vadias, compreendemos que a possibilidade reside num processo discursivo em modo contínuo de construção da memória coletiva sobre o ser mulher. Neste processo é questionado, inclusive, o próprio sujeito do feminismo. Quem luta? Para quem luta? Esses questionamentos emergem para o debate social memórias subterrâneas de que ser de um sexo e de um gênero são subjetivações corpóreas atreladas ao acesso do corpo por meio da linguagem que se constrói a memória coletiva sobre o que é ser mulher e dos significados relacionados a esta categoria.

As ativistas requerem uma revolução. Contudo, a grande mudança requer novas mentalidades. Estas não mudam do dia para a noite, mas num conjunto de dias e de noites podem adquirir novos significados para antigas crenças e valores. Mulheres não é uma categoria social a ser representada, mas uma categoria continuamente performada em processos incessantes de repetição-diferença, que constroem a memória coletiva sobre o ser mulher.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1990.

BENTO, Berenice. **Brasil: país do transfeminicídio**. Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ), 04/06/2014. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio_Berenice_Bento.pdf. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

BORBA, Rodrigo. A linguagem que importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. In: **Cadernos de Pagu** n.33, jul/dez de 2014. p.441 a 474.

BRASIL. Lei nº 3.017, 1º de janeiro de 1916. Publicada no Diário Oficial da União de 05/01/1916. Revogada pela Lei 10402/2002 de 11 de janeiro de 2003.

BRASIL. Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962. Publicada no Diário Oficial da União de 03/09/1962.

BRASIL. Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977. Publicada no Diário Oficial da União de 27/12/1977.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Publicada no Diário Oficial da União de 08 de agosto de 2006.

BRASIL. Lei nº 12.036, de 1º de outubro de 2009. Publicada no Diário Oficial da União de 02 de outubro de 2009.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015. Publicada no Diário Oficial da União de 10 de março de 2015.

BUTLER, Judith. **Lenguaje, poder e identidad**. Tradução e prólogo de Javier Sáez e Beatriz Preciado. Madri, Espanha: Editorial Síntesis S.A., 1997.

_____. **Dar cuenta de sí mismo**. Violencia ética y responsabilidad. Tradução de Horacio Pons. Buenos Aires, Argentina: Amorrortu, 2009.

_____. **Bodies that matter, on the discursive limits of “sex”**. Nova York, EUA; Londres, Inglaterra: Roudedge, 1993.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 5º ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2013.

_____. **El género en disputa. El feminismo y la subversión de la identidad**. Tradução de Maria Antonia Muñoz. Barcelona, Espanha: Paidós Ibérica S.A., 2007 [1990]. Disponível em: http://www.equidad.org.mx/images/stories/documentos/genero_en_disputa.pdf. Acesso em 02/10/2015.

_____. Corpos que pesam. Sobre os limites discursivos do “sexo”. In: **O corpo educado**,

pedagogias da sexualidade. Organizado por Guaciara Lopes Louro. Tradução de Thomás Tadeu da Silva. 2ª ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000.

CARVALHO, Álvaro Monteiro. **Práticas de letramento *queer* na sala de aula I/LA:** discursos e performances em fricção. Orientadora: Branca Falabella Fabrício. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa Interdisciplinar de Linguística Aplicada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.lettras.ufrj.br/linguisticaaplicada/site/dissert/2013-alvarocarvalho.pdf>. Acesso em: 02/10/2015.

CASTELLS, Manuel. **Rede de indignación y esperanza. Los movimientos sociales en la era de internet,** Tradução de María Hernández. Madri, Espanha: Alianza Editorial, 2012.

_____. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: **A sociedade em rede:** do conhecimento à ação política. Organizado por Gustavo Cardoso e Manuel Castells. Belém, Portugal: Ed. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005. Disponível em: <http://biblio.ual.pt/Downloads/REDE.pdf>. Acesso em: 14/07/2015.

_____. **O poder da identidade** – A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e terra, 1999.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença.** Tradução de Maria Beatriz Marques Nizza da Silva, Pedro Leite Lopes e Pérola de Carvalho. São Paulo, SP: Perspectiva, 2011.

_____. **Margens da filosofia.** Tradução de Joaquim Torres Costa e Antônio M. Magalhães. Revisão Técnica: Constança T. Marcondes César. Campinas, SP: Papirus, 1991.

_____. Uma certa possibilidade impossível de dizer o acontecimento. Tradução de Piero Eyben. In: **Cerrados.** Revista do Programa de Pós-graduação em Literatura, Universidade de Brasília – UnB, Brasília, DF, v. 21, n. 33, p. 253-261, 2012. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/8243/6241>. Acesso em: 02/10/2015.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo, SP: Centauro, 2012.

FABRÍCIO, Branca Falabella e LOPES, Luiz Paulo da Moita. Discursos e vertigens: identidades em xeque em narrativas contemporâneas. In: **Veredas Rev. Ling.** Juiz de Fora, V.6, n.2, p.11-29, jul/dez. 2002.

FARIAS, Francisco. Memória Social e Temporalidade Retroativa. In: PINTO, Diana e FARIAS.F (Orgs) **Novos Apontamentos em Memória Social** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

FLORES, Joaquín Herrera. **A (re)invenção dos direitos humanos.** Florianópolis, SC: Fundação Boiteux, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica:** curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo, SP: Martins Fontes, 2008.

_____. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. Tradução de Maria Theresa da Costa Alburquerque e J. A. Guilhaon Alburquerque. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 2001.

_____. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5ª ed. São Paulo, SP: Loyola, 1999.

GARCIA, L. P.; FREITAS, L. R. S.; SILVA, G. D. M; HOFELMANN, D. A. Estimativas corrigidas de feminicídios no Brasil, 2009 a 2011. In: **Revista Panam Salud Pública**, 2015, 37 (4/5) 251-257.

GOLDFARB, Raquel Costa. MINELLA, Luzinete Simões e Lago, Mara Coelho de Souza Lago. Marcha das Vadias na Paraíba: sororidades, performances e linguagens. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais eletrônicos)**, Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X.

GOMES, Carla; SORJ. Billa. Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil. In: **Revista Sociedade e Estado** – Volume 2 Número 2 Maio/Agosto 2014.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (orgs.). **O que é memória social**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2005.

GOFFMAN, E. **Frame Analysis: an essay on the organization of experience**. Boston, EUA: Northeastern University Press, 1974.

GUMPERZ, John J. Convenções de contextualização. Tradução de José Luiz Meurer e Viviane Heberle. In: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. **Sociolinguística interacional**. São Paulo, SP: Loyola, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tadeus da Silva e Guaciara Lopes Louro. 7ª ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Barcelona, Espanha: Antrophos Editorial, 2004.

_____. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo, SP: Centauro, 2006.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In: **Cadernos de Pagu**, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1065_926_hARAWAY.pdf. Acesso em: 02/10/2015.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2013.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 9ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE **Pesquisa nacional de saúde 2013** Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pns/default.asp> Acesso em 23/01/2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEA. **Avaliando a efetividade da Lei Maria da Penha**. Texto para discussão, n. 2.048. Brasília, DF, março de 2015. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3538/1/td_2048.pdf. Acesso em 10/09/2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEA. **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia.pdf. Acesso em 24/06/2015.

KLEIMAN, Angela. B. Os estudos de letramento e a formação do professor de língua materna. In: **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul, Tubarão, SC, v.8, n.3, p.487-517, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ld/v8n3/05.pdf>. Acesso em: 02/10/2015.

KIRKPATRICK, David. **O efeito Facebook**. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro, RJ: Intrínseca, 2011.

LIMA, Fátima. **Corpos, gênero, sexualidades: políticas de subjetivação**. Textos reunidos. 2ª ed. Porto Alegre, RS: Rede Unida, 2014.

MEDEIROS, Raquel. “Somos todas vadias”: corpo, performance e representação no movimento marcha das vadias. In: **Revista senso comum**, n.3, 2015, p.30-41.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, prática e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOREIRA, Jaqueline de Oliveira. Revisitando o conceito de “eu” em Freud: da identidade à alteridade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro, RJ, ano 9, n. 1, p. 230-244, 1º semestre de 2009.

MOITA, Luiz Paulo. Os novos letramentos digitais como lugares de construção de ativismo político sobre sexualidade e gênero. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP: v. 49, n. 2, p. 393-417, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tla/v49n2/06.pdf>. Acesso em: 02/10/2015.

ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994.

OSORIO, Rafael Guerreiro; FONTOURA, Natália. **Tolerância social à violência contra as mulheres**. SIPS – Sistemas Indicadores de Percepção Social. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. 4 de abril de 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf. Acesso em 16/05/2014.

PELBART, Peter Pál. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo, SP: Iluminuras, 2003.

PEREIRA, Carmen Lúcia Ribeiro. **Nosso corpo nos pertence?** Construção da memória sobre o feminismo pelo discurso político. Janeiro de 2014. 319 páginas. Tese (Doutorado em Memória Social). Programa de Memória Social, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de

Janeiro, 2014.

PINTO, Joana Plaza. Linguagem, feminismo e efeitos de corpo. In: SILVA, Daniel Nascimento e; FERREIRA, Dina Maria Martins; ALENCAR, Claudiana Nogueira de (orgs.). **Nova pragmática: modos de fazer**. São Paulo, SP: Cortez, 2014, p. 207-230.

_____. O corpo de uma teoria: marcos contemporâneos sobre os atos de fala. **Cadernos de Pagu**, n. 33, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, SP, n. 5, p. 117-138, jul./dez. 2009a.

_____. Atos de autoria: assinaturas rasuras, rapturas. In: **Revistas Investigações**, v. 22, n. 1, 2009b.

_____. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 23, n. 1, p. 1-26, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44502007000100001&script=sci_arttext. Acesso em: 02/10/2015.

PIRES, Laura Mendes. **Discursos sobre o amor e gênero em performances narrativas de uma leitora da saga do Crepúsculo**. Orientador: Luiz Paulo da Moita Lopes. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Linguística Aplicada, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2014. Disponível em: <http://www.letras.ufrj.br/linguisticaaplicada/ite/dissert/2014-laurapires.pdf>. Acesso em: 02/10/2015.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila (org.). **A prática feminista e o conceito de gênero** (Textos didáticos, n. 48). Campinas, SP: Unicamp, IFCH Unicamp, 2002.

_____. Intereccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul./nov. 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/703/70311249015.pdf>. Acesso em: 02/10/2015.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Transcrição e tradução de Monique Augras. Editado por Dora Rocha. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, RJ, v. 5, n. 10, p. 22-212, 1992. Disponível em: http://www.pgedf.ufpr.br/downloads/Artigos%20PS%20Mest%202014/Andre%20Capraro/memoria_e_identidade_social.pdf. Acesso em: 02/10/2015.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, RJ, vol. 3 n. 10, 1989. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 02/10/2015.

RASSI. Amanda Pontes Rassi. Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: uma análise da “Marcha das Vadias” In: **Revista História da Universidade Estadual de Goiânia**, v.1, n.1 p.43-63. jan/jun 2013.

ROBIN, Gayle. **Tráfico das mulheres: notas sobre a economia política do sexo**. Tradução

de Cristiane Rufino Dabat, Edileusa Oliveira da Rocha e Sônia Correa. Recife, PE: SOS Corpo, março de 1993. RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 13, n. 1, p. 216, jan./abr. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2005000100012&script=sci_arttext. Acesso em: 02/10/2015.

SÁDABA, Igor; GORDO, Ángel. Introducción. La tecnología es política por otros medios. In: SÁDABA, I; GORDO, A. (orgs.). **Cultura digital y movimientos sociales**. Madri, Espanha: Catarata, 2008, p. 9-22. Disponível em: <https://nacionescomunes.files.wordpress.com/2011/10/tecnologic3adaypolc3adtica.pdf>. Acesso em: 02/10/2015.

SANTOS, Karla Cristina dos. Implicações da noção de sujeito na discussão da responsabilidade de fala. In: SILVA, Daniel Nascimento e; FERREIRA, Dina Maria Martins;

ALENCAR, Claudiana Nogueira de. **Nova pragmática: modos de fazer**. São Paulo: Cortez, 2014, p. 287-307

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Se Deus fosse um ativista de direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2013.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analysis. In: **The American Historical Review**, v. 91, n. 5, p. 1.053-1.075, 1986.

TAYLOR, Diana. Performace. 1ª Edição. Buenos Aires, Asunto impresso ediciones, 2012.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Homicídio de mulheres no Brasil**. Mapa da Violência 2012. Caderno Complementar 1. São Paulo: Instituto Sangari, 2012. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_mulher.pdf. Acesso em: 19/11/2014.

ANEXO I - Breve linha do tempo de direitos das mulheres

1891- Foi disciplinada a separação de corpos, sendo indicadas as causas aceitáveis: adultério; sevícia ou injúria grave; abandono voluntário do domicílio conjugal por dois anos contínuos; e mútuo consentimento dos cônjuges, se fossem casados há mais de dois anos.

1893- O Deputado Érico Marinho apresenta no Parlamento a primeira proposição divorcista. Em 1896 e 1899, renovava-se a tentativa na Câmara e no Senado.

1899- Forma-se a primeira advogada do Brasil, Myrthes Gomes de Campos.

1900- O deputado provincial Martinho Garcez apresenta projeto de divórcio vincular. A proposição foi repelida.

1901- O jurista Clóvis Beviláqua apresenta projeto de Código Civil. Duramente criticado pelo então senador Rui Barbosa e por vários juristas, o projeto sofreu várias alterações até sua aprovação, em 1916. Tal como no direito anterior, permitia-se o término da sociedade conjugal por somente por via do desquite, amigável ou judicial. A sentença do desquite apenas autorizava a separação dos cônjuges, pondo termo ao regime de bens. No entanto, permanecia o vínculo matrimonial. A enumeração taxativa das causas de desquite foi repetida: adultério, tentativa de morte, sevícia ou injúria grave e abandono voluntário do lar conjugal (art. 317). Foi mantido o desquite por mútuo consentimento (art. 318). A legislação civil inseriu a palavra desquite para identificar aquela simples separação de corpos.

1916- Pelo Código Civil de 1916 a mulher somente poderia exercer uma profissão se devidamente autorizada pelo marido (artigo 251).

1927- A Professora Celina Guimarães Viana é a primeira mulher a conseguir registro que lhe permitisse votar.

1928- Mietta Santiago, pseudônimo de Maria Ernestina Carneiro Santiago Manso Pereira, foi a primeira mulher a conquistar o direito ao voto por meio de uma sentença judicial.

1928- Luísa Alzira Soriano Teixeira torna-se a primeira mulher na América Latina a assumir o governo de uma cidade (Cidade de Lages/RN)

1932- Pelo Código Eleitoral de 1932, a mulher ganha direito ao voto.

1934- A indissolubilidade do casamento torna-se preceito constitucional na Constituição do Brasil, de 1934.

1937- A Constituição de 10 de novembro de 1937 reiterou que a família é constituída pelo casamento indissolúvel, sem se referir à sua forma (art. 124). O mesmo preceito foi repetido nas constituições de 1946 e de 1967.

1946- Ainda na vigência da Constituição de 1946, várias tentativas foram realizadas para a viabilização do divórcio no Brasil, mesmo que modo indireto. Seria acrescentada uma quinta causa de anulação do casamento por erro essencial, consistente na incompatibilidade entre os cônjuges, com prova de que, após decorridos cinco anos da decretação ou homologação do desquite, o casal não restabelecera a vida conjugal. Proposta também emenda constitucional visando suprimir da Constituição a expressão "de vínculo indissolúvel", do casamento civil.

1962- Estatuto da Mulher Casada (Lei 4.121/1962). Consagrou à mulher a condição de civilmente capaz e o exercício da profissão sem autorização do marido.

1969- De acordo com a Carta outorgada pelos chefes militares (Emenda Constitucional nº 1/69), qualquer projeto de divórcio somente seria possível com a aprovação de emenda constitucional por dois terços de senadores (44) e de deputados (207).

1975- Apresentada emenda à Constituição de 1969 (EC nº 5, de 12.03.1975), permitindo a dissolução do vínculo matrimonial após cinco anos de desquite ou sete de separação de fato. Em sessão de 8 de maio de 1975, a emenda obteria maioria de votos (222 contra 149), porém insuficientes para atingir o *quorum* exigido de dois terços.

1977- O divórcio foi instituído oficialmente com a emenda constitucional número 9, de 28 de junho de 1977, regulamentada pela lei 6.515 de 26 de dezembro do mesmo ano. De autoria do senador Nelson Carneiro, a nova norma foi objeto de grande polêmica na época, principalmente pela influência religiosa que ainda pairava sobre o Estado. A inovação permitia extinguir por inteiro os vínculos de um casamento e autorizava que a pessoa casasse novamente com outra pessoa.

Até o ano de 1977, o casamento constituía um vínculo jurídico para toda a vida. Caso a convivência fosse insuportável, poderia ser pedido o 'desquite', que interrompia com os deveres conjugais e terminava com a sociedade conjugal. Significa que os bens eram partilhados, acabava a convivência sob mesmo teto, mas nenhum dos dois poderia recomeçar sua vida ao lado de outra pessoa cercado da proteção jurídica do casamento. Naquela época, também não existiam leis que protegessem a União Estável e resguardassem os direitos daqueles que viviam juntos informalmente. A Lei do Divórcio concedeu a possibilidade de um novo casamento, mas somente por uma vez. O 'desquite' passou a ser chamado de 'separação' e permanecia, até hoje, como um estágio intermediário até a obtenção do divórcio. Foi com a Constituição de 1988 que passou a ser permitido divorciar e recasar quantas vezes fosse preciso.

1988- A Constituição de 1988, em seu art. 226, estabelece que o casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, mas desde que cumprida a separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos". Merece destaque especial, no texto da Constituição e seu regulamento no Código Civil (2002), o reconhecimento de outras formas de constituição familiar, além da via do casamento, incluindo o reconhecimento de uniões estáveis.

1989- A Lei 7.841/1989 revogou o art. 38 da Lei do Divórcio (1977), eliminando a restrição à possibilidade de divórcios sucessivos.

2000- Ellen Gracie assume como primeira mulher no cargo de Ministra da Justiça do Superior Tribunal Federal (STF). Detalhe, o STF sequer possuía banheiro feminino privativo para magistradas, apenas banheiros femininos para o público em geral.

2006 - Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) estabelece mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal.

2007- Promulgada a Lei 11.441/2007 - O divórcio e a separação consensuais podem ser requeridos por via administrativa. Dispensa a necessidade de ação judicial, bastando que as partes compareçam assistidas por um advogado, a um cartório de notas e apresentar o pedido. Tal facilidade só é possível quando o casal não possui filhos menores de idade ou incapazes e desde que não haja litígio.

2009 - A Lei 12.036 de 1º.10.2009 alterou a Lei de Introdução ao Código Civil (Art. 7º§ 6º), compatibilizando o lapso temporal do divórcio realizado no estrangeiro com a sistemática constitucional.

2010 - Aprovada em segundo turno a PEC do Divórcio, restando sua promulgação pelas respectivas casas legislativas, Câmara dos Deputados e Senado Federal. A pretensão normativa foi sugerida pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), pretendendo modificar o §6º do art. 226 da Constituição Federal. O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, sendo suprimido o requisito de prévia separação judicial por mais de 1 (um) ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos. Aprovado, finalmente, o divórcio direto no Brasil.

2015 – Em 9 de março de 2015, foi promulgada a Lei 13.104/2015 que altera o art. 121 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 do Código Penal, e passa a prever o feminicídio como circunstância qualificadora de crime homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de junho de 1990, passando a incluir o feminicídio como crime hediondo.

ANEXO II – Tabelas das Marchas das Vadias por localidade

Tabela 2 - Marchas realizadas em Vitória/ES						
Ano	Data	Mídias	Endereços	Temas	Recursos	
2011	Não houve marcha					
2012	26/mai	Dois vídeos sendo cada um com duração aproximada de 1 minuto e meio. Ambos estão disponíveis no Youtube.	https://www.youtube.com/watch?v=811ldVt6A3o https://www.youtube.com/watch?v=kQQbPTBKP_Y	Violência contra a mulher Direito ao corpo Machismo Acesso legal ao aborto	Cartazes Pronunciamentos Faixas Pintura no corpo Palavras de ordem e músicas	
2013	20/jul	Comunidade denominada Marcha das Vadias ES - 2013. Vídeo publicado no Youtube com aproximadamente 1 minuto e vídeo publicado no portal LGBT-ES da comunidade lésbica, gay, bissexual e transexual capixaba.	http://lgbtes.tumblr.com/post/56147320273/marcha-das-vadias-slutwalkvit%C3%B3ria-es2013-by https://www.youtube.com/watch?v=voVa9RXqs6Q https://www.facebook.com/MarchadasVadiasVitoriaES/?fref=ts	Violência contra a mulher Direito ao corpo Machismo Liberdade sexual Beleza feminina Acesso legal ao aborto	Fotografias Cartazes Palavras de ordem e músicas Depoimentos Pintura no corpo	
2014	02/ago	Comunidade no Facebook denominada Marcha das Vadias - ES. Evento no Facebook como uma pré-marcha criado para o dia 25 de julho com o nome de Bicicletada das Vadias. Vídeo no Youtube com making off fotográfico de 30 segundos. Dois vídeos da marcha, um com 2 aproximadamente minutos e outro com aproximadamente 6 minutos.	https://www.facebook.com/marchadasvadias.es/timeline https://www.facebook.com/events/724859527570085/ https://www.youtube.com/watch?v=LoTmYNdFGvw https://www.youtube.com/watch?v=iFAzzRGuqaE https://www.youtube.com/watch?v=8NPXo_U325Y	Violência contra a mulher Direito ao corpo Machismo Liberdade sexual Beleza feminina Acesso legal ao aborto Racismo	Textos Cartazes Palavras de ordem e músicas Pintura no corpo	
2015	21/nov	Evento criado no Facebook	https://www.facebook.com/events/1625616144376603/	Violência contra a mulher	Cartazes de divulgação	

Tabela 3 - Marchas das Vadias realizadas em Salvador/BA					
Ano	Data	Mídias	Endereço	Temas	Recursos
2011	02/jul	Vídeos disponíveis no Youtube com durações aproximadas de 3 a 6 minutos.	https://www.youtube.com/watch?v=ji2nbszxdQ https://www.youtube.com/watch?v=wnvmkSVkqj8 https://www.youtube.com/watch?v=pcal_w1qGZc	Violência contra a mulher Direito ao corpo Machismo Liberdade sexual Aborto Parto natural	Faixas Cartazes Palavras de Ordem e músicas Discursos
2012	02/jul	Vídeos de 2 minutos disponíveis no Youtube	https://www.youtube.com/watch?v=DribssmgG-k https://www.youtube.com/watch?v=eYKeFu-XGU8 https://www.youtube.com/watch?v=ALdUma6kLY	Violência contra a mulher Direito ao corpo Machismo Liberdade sexual Beleza feminina Acesso legal ao aborto	Faixas Cartazes Palavras de Ordem e músicas Discursos
2013	02/jul	Vídeos disponíveis no Youtube com durações aproximadas de 1 e 12 minutos.	https://www.youtube.com/watch?v=KH-WqAbh3Tc https://www.youtube.com/watch?v=bQAI5XFATgs https://www.youtube.com/watch?v=OuyPBOg1MPw	Violência contra a mulher Direito ao corpo Machismo Liberdade sexual Beleza feminina Violência contra a mulher Acesso legal ao aborto Racismo	Faixas Cartazes Vídeos Palavras de Ordem e músicas Pintura no corpo
2014	02/jul	Página do evento no Facebook Blog Feminista e Blog coletivo feminista da Marcha das Vadias de Salvador	https://www.facebook.com/pages/Marcha-Das-Vadias-Salvador/413937891962138?fref=ts http://blogueirasfeministas.com/2014/09/marcha-das-vadias-de-salvador-contra-a-transfobia/ https://pafba.wordpress.com/	Violência contra a mulher Direito ao corpo Machismo Liberdade sexual Transfobia Acesso legal ao aborto	Faixas Cartazes Palavras de Ordem e músicas Fotografias Textos Pintura no corpo
2015	02/jul	Video disponível no Youtube com 14 segundos de duração e grupos fechados no Facebook cujo acesso precisa de autorização das organizadoras.	https://www.youtube.com/watch?v=KJeJaKRjMI	Liberdade sexual Liberação da maconha	Faixas Palavras de Ordem e músicas Pintura no corpo

Dados disponíveis na internet em 04 de janeiro de 2016

Tabela 4 - Marchas das Vadias realizadas em Porto Velho/RO					
Ano	Data	Mídias	Endereço	Temas	Recursos
2011	Não houve marcha				
2012	Não houve marcha				
2013	03/ago	Comunidade da Marcha no Facebook	https://www.facebook.com/MarchadasVadiasPortoVelho/timeline	Violência contra a mulher Machismo	Cartazes Textos
2014	29/jun	Comunidade da Marcha no Facebook e Página do evento no Facebook.	https://www.facebook.com/events/665078273545880/ https://www.facebook.com/MarchadasVadiasPortoVelho/	Violência contra a mulher Machismo	Cartazes Textos
2015	Não houve marcha				

Dados disponíveis na internet em 06 de janeiro de 2016

Tabela 5 - Marchas das Vadias realizadas em Goiânia/GO

Ano	Data	Endereço	Temas	Recursos
2011	14/jul	https://www.youtube.com/watch?v=n1tHjRs0NEU	Violência contra a mulher Machismo Liberdade sexual Igualdade	Cartazes
2012	07/jul	https://www.youtube.com/watch?v=ObC_V7P7YIU	Violência contra a mulher Machismo Liberdade sexual Racismo Direito dos povos indígenas	Cartazes Depoimentos Bandeira LGBTT Pintura no corpo
2013	08/jun	https://www.youtube.com/watch?v=ihHYyARi1eU https://www.facebook.com/groups/marchadasvadiasgyn/photos/?filter=albums https://www.youtube.com/watch?v=KwCV4E1UIo0	Violência contra a mulher Machismo Liberdade sexual Racismo	Cartazes Pintura no corpo Textos Pronunciamentos Fotografias
2014	20/dez	https://www.facebook.com/marchadasvadiasgoias/?fref=ts https://www.youtube.com/watch?v=3xOLMmGpRR0 Movimento realizado com o nome de Marcha das Libertas.	Violência contra a mulher Machismo Liberdade sexual Racismo Direito ao corpo Saúde da mulher Prostituição	Cartazes Pintura no corpo Depoimentos Faixa Textos Fotografias Pronunciamentos
2015	08/ago	https://www.youtube.com/watch?v=SgqfejgjoJI https://www.facebook.com/marchadasvadiasgoias/photos_stream No dia 07 de agosto aconteceu um ensaio aberto de percussão das Marchas das Vadias de Goiânia.	Acesso legal ao aborto Beleza feminina Direito ao corpo Liberdade sexual	Cartazes Pintura no corpo Textos Fotografias

Dados disponíveis na internet em 06 de janeiro de 2016